



*A Acta foi aprovada com
duas abstenções.*

Assembleia Municipal do
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO *Porto de 17 de Fevereiro*
de 2020

Ata da Sessão Ordinária de 29 de abril de 2019

(art.º 60.º do Regimento)

Ao vigésimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal na Sala das Sessões nos Paços do Concelho.

PRESENTES

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo, em substituição do Senhor Deputado Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição do Senhor Deputado Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança Assunção Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano, em substituição Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patricia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Pedro Braga de Carvalho; José Manuel Pinto Varela, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição do Senhor Deputado Rui Carlos Morais Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles, em substituição da Senhora Deputada Cláudia Sofia da Costa Santos; Maria Luísa Machado Pereira Botelho de Magalhães; Bebiana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de



Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Maria Cecília Pinto da Silva de Sampaio, em substituição do Senhor Deputado Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;

Os Presidentes das Juntas de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho; Filipe Jorge Coelho da Silva Oliveira, em substituição do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; Ana Júlia Teixeira da Motta de Almeida Campos Furtado, em substituição do Senhor Presidente da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo Magalhães Ortigão de Oliveira; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; Rosa Maria Tavares Duarte, em substituição da Senhora Presidente da União das Freguesias Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia;

Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, declarou aberta a sessão, cumprimentou todos os presentes e procedeu à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

(Expedido a 24.04.2019)

- Programa de Apoio à Pessoa Idosa da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos;
- Relatório de atividades de 2018 do Gabinete de Apoio ao Provedor Municipal; (I/107510/19/CMP)
- Relatório anual de atividades 2018 da CPCJ – Porto Ocidental; (NUD/148564/19/CMP)
- Relatório de Observância do Direito de Oposição 2018;
- Abaixo-assinado pela melhoria de trânsito na rua Nova do Tronco (NUD/137060/19/CMP).



ATAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 31 de julho de 2018.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 5 abstenções dos Senhores Deputados Isabel Ponce Leão (RM), Pedro Braga de Carvalho (PS), Ricardo Meireles (PS), Fernando Bravo (PSD) e a representante da União das Freguesias Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Furtado (RM).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Senhor Deputado André Navarro de Noronha (RM) retirou as duas propostas de Recomendação do Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, o Nosso Partido apresentadas para discussão no Período Antes da Ordem do Dia, a fim de facilitar o decurso dos trabalhos.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) fez a apresentação do Voto de Pesar pelo falecimento do Arquiteto Manuel Graça Dias (NUD/162263/19/CMP): "Manuel Graça Dias faleceu no passado dia 24 de Março. Nascido em Lisboa, a 11 de abril de 1953, foi assistente da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa e professor Associado da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto onde se doutorou em 2009 com a tese "Depois da cidade viária". Publicou inúmeros escritos e animou programas na rádio e na TV de crítica e divulgação da arquitetura, foi diretor do jornal "Arquitetos", órgão da respetiva Ordem, e foi também Comissário da representação portuguesa à VII Bienal de Arquitetura de S. Paulo. Em vários dos livros publicados, "Vida Moderna", "Ao volante pela cidade", "O homem que gostava de cidades", "Manual das Cidades", "Arte, Arquitetura e Cidade" e "Aldeia da Estrela: sociologia e arquitetura ao serviço de uma população" expôs o seu pensamento da cidade para as pessoas. Manuel Graça Dias foi coautor de obras como o Teatro Municipal de Almada, a



sede da Ordem dos Arquitetos em Lisboa ou a Escola de Música, Artes e Ofícios de Chaves. Outras obras relevantes foram o Pavilhão de Portugal na Exposição Universal de Sevilha (1992) e a requalificação do Teatro Luís de Camões em Lisboa (2018), bem como trabalhos em Macau, Madrid e Frankfurt. Deixou-nos um legado importante que será referencial na história da arquitetura portuguesa e exemplo do que pode ser uma linguagem artística própria que preza o exercício da liberdade como forma de erudição. Assim, a Assembleia Municipal do Porto, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2019, manifesta a sua profunda consternação pelo falecimento do Arquiteto Manuel Graça Dias, exprimindo aos seus familiares e amigos o seu sentido pesar, respeitando um minuto de silêncio em sua homenagem".

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Foi cumprido um minuto de silêncio.

A Senhora Deputada Maria da Graça Laranjeira Vaz (PS) apresentou Saudação pela comemoração de Abril e a todos os trabalhadores na celebração do 1.º maio (NUD/161845/19/CMP): "Acabámos de celebrar os 45 anos do 25 de abril, esse indelével dia da nossa memória coletiva que pôs fim a uma caduca e intolerável ditadura, restaurando a esperança num futuro construído através da soberana vontade dos portugueses. Símbolo inalienável de liberdade e de progresso, em paz e segurança, aponta um designio em permanente aperfeiçoamento, exigindo que cada um de nós se empenhe na defesa e ampliação dos seus princípios e valores. Uma das formas de prosseguir Abril radica no combate por uma sociedade cada vez mais justa e solidária, em que a função do trabalho deixe de constituir apenas mais um fator de produção e de geração de lucro, mas se transforme num meio de contribuir para a felicidade de todos e cada um dos seres humanos. A ação organizada dos trabalhadores constitui, por isso, um importante elemento para a conformação equilibrada das sociedades modernas, especialmente neste tempo em que as ameaças à democracia e ao estado de



direito se evidenciam de forma preocupante. Neste contexto, a Assembleia Municipal do Porto, reunida ordinariamente em 29 de abril de 2019, delibera, manifestar o seu regozijo pela comemoração de abril; saudar todos os trabalhadores na celebração do 1.º de maio, desejando que a sua ação continue a contribuir para a construção de uma sociedade cada vez mais livre, justa e solidária”.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

A Senhora Deputada Joana Rodrigues (CDU) apresentou A Proposta de Moção por ocasião do 45º Aniversário do 25 de Abril e do 1º de Maio em Liberdade (NUD/162175/19/CMP): “Este ano, os trabalhadores e o povo português comemoram o 45.º aniversário do 25 de Abril e, consequentemente, o 45º aniversário do 1º Maio em Liberdade. A Revolução de Abril constituiu uma realização da vontade popular, uma afirmação de liberdade, emancipação social e independência nacional, que pôs fim a 48 anos de ditadura e conduziu a profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que constituem marcos históricos na senda da liberdade e do progresso social. As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. O primeiro 1º de Maio em Liberdade, em 1974, constituiu a promoção de um ato de indiscutível legitimação popular da Revolução de Abril. Ao longo dos últimos 45 anos, os 1ºs de Maio mantiveram-se como pontos altos da luta dos trabalhadores portugueses em defesa das conquistas da Revolução de Abril e da Constituição da República, que em grande parte as continua a consagrar. Neste dia, não esquecemos a luta, o sacrifício e a unidade de trabalhadores que em todo o mundo conquistaram direitos laborais e sociais e que abriram as portas à construção de sociedades mais justas e solidárias. Passados 133 anos sobre os massacres de Chicago que estiveram na origem do 1º de Maio, os trabalhadores continuam a lutar pela sua emancipação, contra a exploração e por melhores condições de vida e de trabalho. As comemorações do 1º



de Maio devem ser um momento para valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores, combater o desemprego, a precariedade, os baixos salários e pensões e lutar pela efetivação dos direitos individuais e coletivos. Face ao exposto, a Assembleia Municipal do Porto, reunida a 29 de Abril de 2019, delibera, saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base duma política que sirva Portugal e os portugueses. Saudar o 1.º de Maio e as suas conquistas laborais, apelando aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população para se associarem às suas comemorações”.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) prescindiu da apresentação da Recomendação sobre Alojamento Local no Porto (NUD/162185/19/CMP).

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) apresentou a Recomendação sobre regulação do alojamento local, pela proteção das pessoas e direito à habitação (NUD/162292/19/CMP): “A proposta que aqui trazemos reitera a emergência em face da qual se encontra a cidade e reitera a reivindicação do Bloco, pelas pessoas, de que se regule o alojamento local e se protejam as pessoas do assédio imobiliário. São mais e mais as notícias que nos chegam de acidentes, uns mais trágicos, mas todos perturbadores, derivados da pressão imobiliária da qual sofre o Porto. Propomos, por isso, novamente, com caráter de urgência, estabelecer a suspensão – que a Câmara estabeleça a suspensão – de novas licenças de alojamento local na cidade, durante um ano, no sentido de transpor para o Regulamento Municipal, um novo quadro legal, que inclui fiscalização e de trazer à Assembleia Municipal a criação de zonas de contenção. Propomos que seja criado um Gabinete de Emergência Social que apoie os inquilinos da cidade do Porto e preste aconselhamento jurídico a quem enfrenta situações diárias de assédio e ameaça, garantindo os meios humanos necessários à coordenação do apoio dada às Juntas de Freguesia – às quais acorrem



peessoas, como é também sabido – em matéria de esclarecimento e encaminhamento de soluções. Daquilo que temos tido informação, o acordo – como receávamos – existente – o protocolo, aliás – com a Associação de Inquilinos não resolve o todo das situações que mais e mais vão surgindo. Insistimos na criação de um Observatório Municipal, diferente de um Observatório que tenha em vista – como foi anunciado – uma caracterização dos turistas que passam pelo Porto, do seu perfil, dos movimentos na cidade, tendo em vista o desenvolvimento de ferramentas que possam ajudar na gestão dos fluxos dos visitantes, mas sim centrado na situação concreta da habitação da cidade e nas necessidades habitacionais decorrentes das alterações da ocupação e transformação do solo urbano e dos efeitos do crescimento do turismo. Propomos, finalmente, que se prepare uma campanha de informação sobre os direitos das e dos munícipes, o papel da Câmara relativamente a estes, no que toca ao licenciamento e à Lei em geral. Os números estão à vista, o recuo é uma falácia, sobretudo quando vemos as pessoas confrontadas com situações dramáticas. É atribuição da Câmara, segundo a Lei das Autarquias, o ordenamento urbano, o equipamento urbano, a habitação, o património, a proteção da comunidade, a ação social, são demais as atribuições que tocam esta realidade. A habitação é um direito fundamental. O *bullying* imobiliário, o assédio imobiliário, já foi criminalizado, existe legislação neste sentido. Com a entrada em vigor em outubro do ano passado da legislação 62, de 2018, os Municípios passam a ser responsáveis pela fiscalização dos registos e vistoria dos estabelecimentos, podendo opor-se e mesmo cancelar registos, caso estes se insiram em áreas de contenção, que têm que ser definidas – e estamos ainda, meses decorridos, sem esta definição ser trazida a esta Assembleia. Importa salvaguardar os direitos de quem habita a cidade durante o período transitório desta lei, tal como a própria lei o prevê. É urgente estas medidas na cidade. O sinal que esta Assembleia deve dar à cidade é de que estamos do lado das pessoas. Apelamos por isso ao voto favorável dos grupos políticos desta Assembleia, a uma proposta que em nada prejudica a Autarquia, bem pelo contrário. Claro que esta é uma opção política, para não dizer ideológica, mas o concreto da vida das pessoas não pode esperar mais”.



O Senhor Deputado André Noronha (RM) interveio dizendo: “Dizia-me há muitos anos na Faculdade um Professor que ‘tato e bom senso são sempre de aconselhar’. E este é o caso porque a situação de emergência nacional de que o Bloco de Esquerda nos fala não é correta. Eu sei que estamos em tempos de eleições, que qualquer *soundbite* serve para vender minutos, nós sabemos disso tudo, mas, no nosso cantinho, que não tem nada a ver com eleições, nem para as europeias nem para as legislativas, não convém misturar os planos. Vamos lá a ver: a situação – reporta-se porventura àquela que se vive em Lisboa – não é, quer queiramos quer não, comparável com a do Porto. Digo-lhe de fonte segura e, neste caso estou a falar do Instituto Nacional de Estatística, penso que não põe em dúvida, o preço por metro quadrado do Porto é menos de metade, ou cerca de metade do de Lisboa. Isto não é Lisboa. Os preços estão em baixa, desde final do primeiro trimestre de 2018, há um ano que estão em baixa. Fora o centro histórico do Porto, os preços médios por metro quadrado na cidade, na parte restante da cidade, estão 17,5% abaixo do que estavam em 2007. Portanto, não é uma situação de emergência nacional e de catástrofe. É uma situação que merece a nossa preocupação, sim, mas não vale a pena fazer alarde público. Passando rapidamente à proposta também: já há um apoio via Associação dos Inquilinos, e não se pode dar consulta jurídica, sendo crime fora do contexto próprio do exercício das profissões reguladas. O Observatório não pode ter intervenção em processos de licenciamento – acho que qualquer um vê isso rapidamente – e, acima de tudo, a Câmara, como penso que já foi dito aqui por mais do que uma vez, tem através do PDM uma forma de condicionamento, através do estacionamento, de prédios como os T0 e os T1 de que fala a CDU, na medida em que frações com menos 53m², a Câmara não isenta de estacionamento. E, portanto, um prédio como o que o Senhor Robles queria fazer em Lisboa não é possível na cidade do Porto. Por isso ele foi fazê-lo a Lisboa, com certeza, no Porto não tinha qualquer acolhimento. Portanto, o problema em Lisboa, por causa dos Robles desta vida, é em Lisboa, não é no Porto. No Porto, a nossa situação merece preocupação, não merece este alarde. Aproveito só para, muito rapidamente, relativamente à CDU, manifestar o seguinte, os pontos 1 e 2 merecem a nossa concordância de plano, o ponto 3 não merece de todo a nossa concordância. E, portanto, a CDU pode – é a isso que exortamos – dividir e fazer



a votação por pontos, e já sabe o sentido de voto, se não o quiser fazer – o que respeitamos em absoluto – também fica a saber qual é o sentido de voto, terá que ser negativo”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) disse: “Sobre estas duas recomendações gostaríamos de tecer as seguintes considerações: a antiguidade dos contratos de arrendamento faz dos inquilinos mais velhos obstáculos maiores no caminho dos interesses de grupos empresariais da área imobiliária chegada ao Porto. Daí que esta pressão se esteja a fazer sentir pelo lado dos mais idosos, em especial no centro histórico da cidade. Em declarações recolhidas recentemente para o programa emitido dia 4 de abril no canal SIC Notícias, na reportagem intitulada ‘A Cidade e o Medo’ José Fernandes Martins, Advogado na Associação de Inquilinos do Porto, foi feito um alerta sério. Ele afirma que a maior parte das ameaças que conhece são realizadas por agências imobiliárias através dos seus vendedores. Mais: diz ainda a este respeito que a taxa de incumprimento dos acordos realizados entre inquilinos e senhorios, onde exista uma cláusula de garantia de regresso para o prédio, ou seja, para a habitação original, após as obras realizadas, é elevadíssima, situação corroborada pela Assistente Social da União de Freguesias do Centro Histórico que adianta que a taxa de incumprimento dos acordos entre inquilinos e senhorios após a saída é na ordem dos 40%. Também o caso recente de um incêndio, alegadamente de mão criminosa, em que resultou 1 morto e 5 feridos foi um aviso, um exemplo do sistema de pressão psicológica, física, de medo, que direta ou indiretamente é infligido a demasiados inquilinos portuenses. Qual será o potencial deste fenómeno, devemos perguntar-nos. Ainda fruto da insegurança que começou por ser sentida pelos mais idosos na zona histórica resulta o ressurgimento de grupos alegadamente organizados de criminosos que em troca de garantir uma pretensa segurança face às referidas pressões dos agentes imobiliários, estão admoestar alguns destes portuenses. Tratando-se, na sua grande maioria, de perseguição a portuenses idosos, a Câmara Municipal tem também o dever de intervir de forma a que estas pessoas se sintam mais seguras e mais protegidas. É um facto que temos cada vez mais prédios de alojamento local, ou hotéis de alojamento local,



e consideramos que a Câmara tem que regulamentar esta matéria com a máxima urgência. Da última vez, em moção similar, abstivemo-nos, uma vez que o Executivo Municipal garantiu que tinha encomendado um estudo com vista a regulamentar esta questão de forma mais sustentada. Mas, como de facto a situação é premente, é urgente, e ainda nada foi apresentado iremos votar a favor, tendo em conta a mensagem que também queremos passar ao Executivo Municipal de que pode fazer mais nesta matéria”.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) referiu: “Eu queria chamar a atenção do seguinte: o problema do alojamento local no Porto é muito grave. Claro que não atinge a gravidade que tem em Lisboa. De facto, lá é pior, mas há sítios no Porto, sobretudo no centro histórico, onde acho que se deve intervir relativamente ao alojamento local. Por isso é que vai haver um Regulamento que vai dizer quais são as taxas de contingentação, que está anunciado, e de que o Senhor Presidente da Câmara já falou. Se vai ser daqui a 30 dias ou daqui a 60, é uma questão diferente, isso podemos discutir, mas vai haver um Regulamento, e o que estamos a dizer é que devia ser em 30 dias. Tem havido muito *bullying* sobre alguns inquilinos, sobretudo pessoas idosas, pessoas que estão nas casas há 30, 40, 50, 60 anos e que estão a ser corridos das casas, quase à força, com advogados, até com capangas. Há casos desses! E, portanto, o que nós dizemos na nossa proposta é que tem que se procurar ajudar os inquilinos. A Câmara já fez uma coisa que é importante que foi fazer um acordo com a Associação dos Inquilinos que permite que toda a gente que é do Porto vá lá e tem algum apoio. E isso é importante, é muito importante, até. Agora, quando fazemos uma proposta, eu tenho aqui uma diferença muito grande com o Bloco de Esquerda, temos que fazer uma proposta que possa ser aprovada pela Assembleia Municipal, senão não adianta nada. Posso fazer aqui uma proposta muito bonita, mas depois vocês votam contra, não serve de nada. E, portanto, a ideia da nossa proposta, que foi elaborada por mim, é procurar que ela seja aprovada, porque é isso que a gente quer. A proposta do Bloco de Esquerda, estou convencido que não será, por nós até será aprovada, mas não acredito, da maneira que está feita. Agora, o que é que nós aqui dizemos? Depois de contar o que se passa, queremos manifestar repúdio pelos atos de *bullying*, no que acho que estamos



todos de acordo. Depois, apelar às Autoridades sociais para adotarem medidas adequadas e tal, e depois o terceiro ponto, que o Senhor Deputado André Noronha diz que tem dúvidas, ou não concorda, diz que a apreciação dos pedidos de licenciamento deve ter em conta se houve queixas de *bullying*. E, portanto, se houver provas de que naquele pedido de licenciamento houve um ato de *bullying*, foi afastado à força o inquilino, a velhinha ou o velhinho, a Câmara pode não licenciar. E a alínea b) não vejo como é que pode estar em desacordo. Pode dizer assim 'mas 30 dias é pouco, quero 60', pode, até pode ser 120, agora dizer que não está de acordo, a verdade é que a Câmara vai apresentar um Regulamento. Aliás, a Câmara encomendou um estudo, se não estou em erro, o Senhor Presidente já o anunciou na Câmara, e está à espera do resultado desse estudo para propor um Regulamento. O que nós estamos aqui a dizer é que a Câmara deve procurar apressar isto. Eu tenho quase a certeza que se perguntar isto ao Senhor Presidente da Câmara – e ele aqui não intervém isto é antes da ordem do dia – ele está de acordo, não sei se poderá ser 30, se calhar tem que ser 45, mas está de acordo. Porque é preciso, de facto, um Regulamento e o que nós dizemos é que, no prazo de 30 dias, a Câmara deve apresentar aqui uma proposta de Regulamento e esse Regulamento é que vai dizer onde é que pode haver alojamento local e onde não pode. Eu não estou a dizer com isto que não pudesse fazer uma proposta mais avançada, mas interessa-me uma proposta que seja aprovada porque se não for para ser aprovada, não vale nada. É para dizer lá fora 'nós até apresentamos uma proposta que não valeu nenhum que eles não aprovaram'. E, portanto, a ideia é de que ela seja aprovada. E se não quiserem aprovar, fico com pena, mas enfim”.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) interveio dizendo: “Duas notas apenas. Senhor Deputado Artur Ribeiro, relativamente ao segundo ponto, onde se diz os 30 dias, o que não se concordou foi com o condicionamento expresso da atividade do Município. O Município, como Vossa Excelência bem reconheceu, já deu nota de que existe um trabalho a ser efetuado, e estar a dizer que vai ser num determinado prazo é subverter a ordem das coisas. Se quiser que aqui conste 'no mais breve período de tempo possível', nós temos toda a abertura



para acolher uma formulação dessas. Não ficamos é condicionados com os prazos que Vossa Exa. nos quer dar. O outro ponto tem a ver com uma razão de ordem prática: não é possível à Câmara estar a policiar a situação de quem tem e quem não tem uma situação de *bullying* e ser juiz... se existe ou não existe um *bullying* e se o *bullying* é ou não é relevante. Existem autoridades, meios próprios para aferir dessas situações. A Câmara não pode deixar de licenciar porque uma pessoa, legítima ou ilegítimamente – porque pode ser feito de forma ilegítima – denuncia que pura e simplesmente o seu senhorio ontem lhe bateu à porta às 2 da manhã a dizer 'vai-te embora'. A pessoa chega cá, diz isso. Já não se licencia nada. E depois entramos no arbitrio".

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) respondeu: "Eu acho que a questão do *bullying*, ao contrário do que diz o Senhor Deputado, é possível ser tida em conta pela Câmara – não que indefira com base nisso, mas é isso que está por trás da razão de indeferimento. Isto é perfeitamente possível e o Senhor Deputado sabe que sim. Se isto for razão para aprovar – nós em relação ao *bullying* achamos que deve ficar – aceitamos que a apresentação no mais curto prazo de tempo de uma proposta de regulamentação e tal. Mas isto só se na verdade aceitar os outros 3 pontos. Se não, não vale a pena estar a alterar para reprová-la na mesma".

A Senhora Deputada Susana Costa Pereira (BE) disse: "Relativamente à questão que levanta a CDU, não vou tecer considerações relativamente à questão da retórica política nas propostas que são aqui trazidas, as propostas que o Bloco aqui traz são propostas para serem também aprovadas e, sobretudo, são propostas ao encontro dos interesses das pessoas. A questão dos *soundbites* que foi levantada, das eleições, enfim... gostaria de lembrar que a primeira Assembleia que foi convocada com caráter extraordinário sobre a habitação neste mandato, foi em dezembro de 2017, pela CDU. Em julho de 2018, o Bloco de Esquerda convocou uma Assembleia Extraordinária por causa da sangria dos despejos que se vive na cidade e do caráter de emergência da situação. Em julho de 2018, sabendo que esta legislação ia entrar em vigor uns meses depois, alertámos para a necessidade de se antecipar esta entrada em vigor e criar esta



suspensão. E clarificar também, que o que o Bloco propõe não é que se cancele, é que se suspenda. Que é o que a lei diz, inclusive, que se deve ou que se pode fazer para evitar que a alteração das circunstâncias e condições de facto existentes possa comprometer a eficácia do regulamento municipal a que se refere o número 1, podem os Municípios suspender, mediante autorização, enfim... Portanto, efetivamente, não se trata de cancelar e de anular, trata-se de fazer uma suspensão no sentido de que este regulamento possa ser discutido com tempo. Isto podia ter sido feito desde outubro do ano passado. Enquanto se estuda, as pessoas estão numa situação dramática, como sabemos. Efetivamente, se é uma situação de alarme ou não, acho que não vamos dizer às pessoas que têm estado a pedir socorro que não é uma situação de alarme”.

O Senhor Deputado Alberto Machado (PSD) referiu: “Deixava aqui duas notas sobre estas moções. Relativamente à do Bloco de Esquerda, a bancada do PSD vai votar contra. Efetivamente, nós não nos revemos nas duas propostas de deliberação e portanto, não votaremos favoravelmente. Já quanto à moção da CDU, ela tem uma linguagem muito mais moderada e vai merecer o nosso voto favorável. Nós entendemos que existe já uma legislação desde setembro/outubro, e que é absolutamente necessário regulamentar esta área. Está à vista de todos que a cidade tem um problema e que a Câmara Municipal, enquanto entidade com poderes para o efeito, deve efetivamente apresentar a esta Assembleia uma proposta de regulamento. Naturalmente, a bancada do PSD aguarda com inquietude essa proatividade da Câmara Municipal, porque julgamos e entendemos que é absolutamente necessário olhar para a cidade, e olhar para a política de habitação que tem lugar na nossa cidade. Apesar de toda a reabilitação que têm vindo a ser feita, apesar também de toda a nova construção, nós continuamos a ver descer o número de recenseados na cidade do Porto, e o facto de haver preços em baixa, Deputado André Noronha, só se for lá para os seus lados, porque para os meus os preços estão muito em alta”.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) interveio dizendo: “O alojamento local é, de facto, um problema na cidade do Porto. E não vale a pena estarmos a fazer comparações com o que se passa aqui ou ali. A verdade é que na cidade



do Porto o alojamento local é um problema, que o Município do Porto não pode fingir que não existe, e que tem que abordar com urgência. As duas propostas que nós temos em apreciação podem, num ou noutro caso, estar na fronteira daquilo que é legalmente recomendável ou até sequer possível, mas têm a virtude de trazer esta preocupação. Nós sabemos que as recomendações aqui aprovadas são, feliz ou infelizmente, atendidas pelo Executivo conforme pode, quer, ou lhe apetece. Não são legislação que vincule o Executivo. Há, de resto, recomendações aqui aprovadas, inclusive subscritas pelo Grupo Rui Moreira, que ainda continuamos a aguardar que sejam levadas a cabo, que sejam cumpridas. Portanto, dentro deste espírito, que é o de traduzir a preocupação dos cidadãos do Porto por este fenómeno do alojamento local, e sabendo que a Câmara olhará para as recomendações com a prudência e a cautela e os cuidados legais que se impõem, nós votaremos ambos as propostas favoravelmente”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, colocou à consideração do Plenário a proposta do Senhor Deputado André Noronha (RM) relativa à votação por pontos da Recomendação proposta pela CDU.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) informou que concordava com a votação da Recomendação por pontos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, informou que a Recomendação seria votada por pontos.

Recomendação sobre Alojamento Local no Porto apresentada pela Coligação Democrática Unitária

Deliberação:

Ponto n.º 1: Aprovado, por unanimidade.

Ponto n.º 2: Aprovado, por unanimidade.

Ponto n.º 3: Aprovada, por maioria, com 25 votos a favor (12 PS + 6 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 21 votos contra (RM).



Recomendação sobre regulação do alojamento local, pela proteção das pessoas e direito à habitação apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Deliberação: Reprovada, com 27 votos contra (21 RM + 6 PSD) e com 19 votos a favor (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN).

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) apresentou a **Moção pela descentralização e pela regionalização apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda** (NUD/162282/19/CMP): "Nos últimos anos, e em particular, nos últimos meses, tem havido um debate intenso na sociedade portuguesa sobre as questões da descentralização e da regionalização. Creio que todos o estão a acompanhar. Aliás, no início deste mês, tivemos aqui na nossa cidade, e com orgulho, o seminário da comissão independente para a descentralização que, juntamente com a OCDE, permitiu juntar especialistas, experiências, diferentes sensibilidades políticas e ideológicas, para discutir de uma forma aberta e franca esta matéria. Também nos órgãos democráticos desta cidade – falo da Assembleia Municipal e do Executivo – sabemos que tem merecido atenção, por parte de todas as forças políticas, a questão da descentralização, a questão das consequências do centralismo e a importância eventual da regionalização. E todos – julgo eu na minha apreciação – temos sido unânimes na importância dada a estes assuntos, a importância de haver uma maior coerência do Estado em todo o território português, da participação dos Municípios, etc. O Bloco tem-se associado a este debate e entende também ser o momento, não só de pôr esta Assembleia a discutir e a assumir uma posição sobre esta matéria, mas sobretudo de clarificar as posições e as diferentes sensibilidades das forças políticas aqui representadas sobre esta matéria, sobretudo num período que antecede importantes discussões quer ao nível das eleições, quer do ponto de vista da questão da regionalização. Nós entendemos que os cidadãos desta cidade têm também o direito de perceber exatamente o que é que cada um de nós defende para além do que é noticiado pela comunicação social. Da nossa parte, a descentralização tem que ser uma descentralização real e efetiva, que não é aquela que o Go-



verno nos tem proposto. Nós propomos que esta Assembleia assuma um compromisso com a criação das Regiões Administrativas de acordo com a Constituição Portuguesa".

O Senhor Deputado Nuno Caiano (RM) disse: "A nossa posição quanto a uma descentralização efetiva – e volto a dizer efetiva – é sobejamente conhecida e tem sido amplamente noticiada e discutida aqui nesta Assembleia. Quanto a esta recomendação, e após a famigerada Cimeira de Sintra, pensamos ter que aguardar com alguma cautela e ceticismo os resultados da Comissão Independente. Vamos aguardar serenamente, e depois de saber os resultados, vamos pronunciar-nos contra ela, até porque como se diz na gíria popular: gato escaldado da água fria tem medo. Numa primeira instância, estas decisões são, no nosso entender, de natureza político-ideológica e não técnica. Obviamente, isto não invalida que, após uma decisão, se tenha que avaliar a parte técnica de todo este processo. Mas, numa primeira fase, os partidos não se podem refugiar em Comissões de Estudos. Têm que ser claros, têm que deliberar o que é que querem quanto à descentralização, e não andarem a refugiar-se nestas Comissões, nada se passando. Acerca da recomendação do Bloco de Esquerda: eu, os Senhores vão-me desculpar, mas isto parece-nos assim uma coisa um bocadinho redundante: isto de manifestar a vontade que os trabalhos, os trabalhos estão a acontecer, os trabalhos, os trabalhos vão acontecer como têm que acontecer, e no final, depois das conclusões, nós vamos todos pronunciar-nos sobre esses mesmos trabalhos. Portanto, o nosso sentido de voto: vamo-nos abster".

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) interveio dizendo: "Toda a gente sabe que nós somos altamente favoráveis à criação das regiões administrativas. Não quero levar a bicicleta, mas desde há muitos anos que defendemos com muita veemência a criação das regiões administrativas que, infelizmente, só avançaram nas regiões autónomas. Creio que foi em 97 ou 98, não me lembro, houve um referendo, que foi na altura cozinhado com o líder do Partido Socialista que está hoje na ONU, e o atual Presidente da República, líder do PSD, para fazerem um referendo. E aquilo deu no que deu. Teve 50% de votação porque uns queriam 8 regiões, outros queriam 9, outros queriam 6, enfim, aquilo de facto



não deu certo. E hoje há, por assim dizer, uma inconstitucionalidade por omissão, porque, de facto, a Constituição da República dizia que o país devia ser regionalizado. Eu acho que aquela Comissão que foi criada recentemente e eu chamo a atenção que a Comissão foi criada na Assembleia da República com o voto contra do PCP (e esse Seminário de que fala a proposta do Bloco de Esquerda, o PCP foi convidado a participar e recusou participar) o que está a tentar fazer é, nas costas das Autarquias, enjeitar para as Autarquias um conjunto de responsabilidades sem lhes dar os meios e as competências, etc. Isto é tudo menos descentralização. E o que me pareceu ao ler esta proposta do Bloco de Esquerda foi que procurava meter tudo no mesmo saco: a regionalização, que é justíssima essa aspiração, com a questão desta Comissão, que está a ser criada, e que está a tentar enganar aí uma série de Municípios, entre os quais o nosso, que rejeitou essa descentralização. Portanto, eu faço uma proposta ao Bloco de Esquerda: aquela deliberação passa para dois pontos, um sobre a regionalização que estava a duas linhas, e outro sobre a Comissão que está criada. E se for apresentada em dois pontos, nós votaremos a favor da regionalização, e contra o outro. Se não fizerem essa distinção, naturalmente, nós não podemos estar de acordo com uma proposta que de forma encapotada procura, digamos, dizer "ámen" a esta tentativa do Governo de mandar competências para as Autarquias à revelia das Autarquias".

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) informou que concordava com a votação da Moção por pontos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, informou que a Moção seria votada por pontos.

Deliberação:

Ponto n.º 1: Aprovado, por maioria, com 21 votos a favor (12 PS + 6 PSD + 3 BE), 22 abstenções (21 RM + 1 PAN) e 3 votos contra (CDU).

Ponto n.º 2: Aprovado, por maioria, com 24 votos a favor (12 PS + 6 PSD + 3 CDU + 3 BE) e 22 abstenções (21 RM + 1 PAN).



A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) apresentou a **Moção/Recomendação pelas pessoas acompanhadas pelos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social** apresentada pelo Grupo Municipal Pessoas-Animaís-Natureza (NUD/162311/19/CMP): "Portanto, esta moção/recomendação pelas pessoas acompanhadas pelos serviços de atendimento e acompanhamento social é uma moção que pretende, no fundo, apresentar e reforçar positivamente aquilo que é o trabalho desenvolvido por estes serviços com as comunidades de proximidade, que dá resposta a situações diversas de vulnerabilidade social, previne situações de pobreza e de exclusão social. No fundo acompanha, assegura, mobiliza recursos que existam na comunidade para dar resposta a estas pessoas. E aquilo para que chamamos a atenção nesta recomendação é mais do que está previsto na Lei. Importa conhecer o trabalho que estes serviços efetivamente desenvolvem. No Município do Porto temos 4, organizados por áreas geográficas, Bonfim, Campanhã, Centro Histórico Lordelo do Ouro Massarelos, Paranhos e Ramalde, Aldoar, Foz do Douro, Nevogilde. Um dos técnicos destes serviços está alocado a 100% às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens da respetiva área geográfica. E tendo em conta este trabalho de proximidade, de porta aberta, de resposta imediata, tendo estes serviços conseguido constituir uma rede de parcerias bastante ampla de trabalho social junto destes agregados familiares e tendo também em conta que se estima que mais de cinco mil agregados familiares são acompanhados por estes serviços desde que eles passaram a existir no Município do Porto. Tendo ainda em conta aquilo o *know-how* destas equipas adquirido ao longo destes meses de trabalho e, referindo o outro lado da moeda que é, a possibilidade destes serviços virem a ser extintos, virem a terminar, uma vez que estava prevista a sua duração máxima dentro de um quadro comunitário de 36 meses, o que aqui se propõe são duas coisas: que esta Assembleia Municipal possa apelar ao Governo, sem prejuízo da estratégia nacional que está a ser definida nesta matéria, no sentido da manutenção destes serviços, da garantia de que as pessoas que usufruem destes serviços que são claramente indispensáveis para elas, não ficam sem eles ou serviços similares, e que seja aproveitado o *know-how* destas equipas. E também, recomendar à



Câmara Municipal do Porto que possa também pugnar por isto junto das entidades competentes, e que possa prestar a máxima atenção ao assunto, de acordo com o que estiver ao seu alcance para garantir isto mesmo, uma vez que temos muitas pessoas na cidade dependentes destes serviços”.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA

O Senhor Presidente da União de Freguesias do Centro Histórico, António Fonseca, disse: “Eu vou dar nota aqui de algumas situações de que se tem falado aqui na Assembleia. Começava precisamente por dar nota ao Senhor Presidente da Câmara do contentamento que tive ao visitar hoje o Senhor Laranjeira, das Fontainhas, que vive na casa que foi afetada pela grua. As obras andaram, e o telhado está praticamente concluído, amanhã termina. Ele até acabou por ganhar mais uma divisão, o que lhe permitiu relativizar a situação, tendo em conta que o susto foi bem grande. Posso também dizer que os sinistrados de Alexandre Braga já têm uma casa, que lhes foi dada pela Câmara Municipal do Porto, no Bairro Pio XII. Nós realojamos num apartamento da Junta de Freguesia. Só é de lamentar não poderem voltar para a minha freguesia. Relativamente a um caso recente, que foi aqui agora falado, de Miragaia, o caso da Senhora D. Maria Augusta, que já é conhecido, veio na comunicação social. Há senhorios e senhorios, eu estive já com a Senhora várias vezes, estive na casa que foi sugerida como alternativa em frente ao rio e não na Rua da Arménia, mesmo frente ao rio num primeiro andar. A casa já está com a mobília da Senhora, tem uma cozinha montada nova, frigorífico novo, tudo impecável. De um momento para o outro, algum movimento foi para lá assustar a Senhora: ‘não saia daqui, porque senão nunca mais vai ter casa’. Nós fizemos uma reunião com o proprietário, elaborámos uma ata com o proprietário que assumiu que mal esteja concluída a obra do edifício que vai ser intervencionado a Senhora pode regressar. Portanto, acho que temos aqui o caminho de uma solução relativamente à Senhora D.



Maria Augusta. Hoje mesmo também tivemos conhecimento de casos semelhantes, onde os proprietários, de facto, vão intervencionar no edifício, mas as pessoas que lá estão vão poder regressar também a partir daí com um documento, através de uma ata de uma reunião. Relativamente ao caso do edifício Almeida Garrett, eu queria dizer o seguinte: naquela casa, vivia uma Senhora que, há cerca de 2 anos e pico, saiu já bastante idosa, embora com posses, mas sem retaguarda familiar. Foi para um Lar, já porque não tinha condições para viver sozinha. Portanto, foi uma situação que na altura foi acompanhada pelas entidades competentes. Portanto, tratava-se de uma Senhora que, facto, embora com posses, não tinha condições para viver sozinha, e já estava com uma idade avançada e com alguma fragilidade. A mercearia de baixo, há dois anos e tal, através de um acordo com o proprietário aceitou o acordo e também saiu. Isto era só para dar nota daquele edifício relativamente aos casos concretos que estão lá, foram soluções bem encontradas. Agora gostaria de dizer o seguinte: durante trinta anos – isto é para reflexão de todos nós – muitos edifícios do Centro Histórico Porto completamente degradados, alguns devolutos, mas outros com habitações, com instalações elétricas sem segurança nenhuma, nunca tiveram incêndios. Curiosamente, de um momento para o outro, alguns edifícios em melhores condições de que outros que já foram intervencionados e reabilitados passaram a ter incêndios. Isto é mera reflexão. Curiosamente, de sexta para sábado. Não estou aqui a insinuar seja o que for, mas alguma coisa se está a passar. Por exemplo, na Rua da Alegria, vivia lá uma idosa, sexta para sábado; Rua Alexandre Braga, sexta para sábado; agora ali também foi de sexta para sábado, Almeida Garrett, não vivia lá ninguém. Até o raio das gruas, desculpem lá, é de sexta para sábado, desculpem lá, mas eu tenho que dizer isto, são meras coincidências. O que eu quero dizer é o seguinte: o edificado sempre esteve degradado muitos anos e não vi a CDU – o Bloco de Esquerda se calhar nessa altura nem existia – tão preocupado com o edificado. A título de informação para a Câmara Municipal do Porto e para todos vós, nós estamos no terreno, há cerca de um mês, com duas funcionárias a sinalizar todos os edifícios e a fazer o cadastro de cada edifício. O que é que nós estamos a fazer? A fotografar o edifício e a saber o tipo de ocupação que tem. E temos verificado situações de alojamento local, mas clandestino. São as camas paralelas que, se calhar, qualquer



dia ultrapassam as legais, mas a vizinhança diz que é alojamento local, e nós falarmos com os donos dos prédios e eles dizem 'não, não, isto é contratos de arrendamento, é família'. Portanto, eu só queria dizer o seguinte: este trabalho está a ser feito e vamos fazer chegar depois ao Senhor Presidente da Câmara um dossier com fotografias de todos os edifícios de algumas ruas do Centro Histórico do Porto e mesmo de Santa Catarina (aliás, estamos a ir a todo o lado a saber se é alojamento, se é habitação, se está devoluto, se não está). Para finalizar, acho que é importante, nós estamos no terreno, e amanhã vamos novamente a todos os edifícios que têm só idosos, precisamente para sinalizarmos. Muitos deles não têm qualquer acompanhamento, porque há condomínios em que se morrer a pessoa do terceiro andar a maior parte das pessoas não sabe que ela morreu, porque não há vizinhança, entram pelo elevador e saem pela garagem, e nós estamos a criar aqui um espírito de boa vizinhança, no sentido de irmos sinalizando algumas coisas. Portanto, queria manifestar o nosso contentamento pelos casos que já foram resolvidos, pela rapidez com que a Câmara Municipal do Porto arranjou a casa para os Senhores do Bairro Alexandre Braga e dizer que quer nas Fontainhas, quer em Alexandre Braga estão satisfeitos com a solução encontrada.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Machado, fez a seguinte intervenção: "Traz-me aqui uma preocupação da minha freguesia que eu acho que pode eventualmente ser extrapolada para o resto cidade. Tenho assistido a um conjunto de obras e de reabilitações e de novas construções que visam uma reabilitação ou uma construção nova virada para T0s, para *lofts*, para T1s, para residências universitárias, quer de entidades públicas mas, sobretudo, de privados. O que eu gostava de dizer aqui, se calhar até mais ao Senhor Vereador do Urbanismo, era que devíamos refletir sobre caminho que pretendemos. Naturalmente que Paranhos é uma freguesia universitária, mas não pode ser só numa freguesia que alojamos trinta e tal mil estudantes universitários que estudam naquela área. E preocupam-nos as famílias, preocupa-nos o declínio populacional, preocupa-nos o facto de que um conjunto significativo de empreendimentos imobiliários que têm vindo a ser anunciados sistemática-



mente na comunicação social possam estar a levar a minha freguesia e, se calhar, de alguns também que aqui estão, por um caminho que não seja amigo das famílias. Portanto, deixava aqui este apelo para que a Câmara Municipal do Porto procurasse junto dos promotores imobiliários que, pelo menos pudesse haver um *mix*, em que, por cada empreendimento imobiliário que exista, pudesse haver fracções com T2, com T3, com T4, porque nós queremos famílias a viver na nossa cidade e em particular na freguesia de Paranhos”.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS

O Senhor Deputado José Varela (CDU) disse: “A nossa intervenção de hoje refere-se à forma como se está a proceder à transferência dos moradores do Bairro do Aleixo para outras habitações. Os moradores do Bairro do Aleixo foram surpreendidos este mês pelo aviso de que teriam com urgência de mudar de casa na sequência de um novo acordo entre a Câmara do Porto e o fundo imobiliário do Aleixo. A pressa com que estas transferências forçadas estão a ser feitas para esvaziar e demolir o bairro até ao fim do mês de maio têm trazido diversos problemas graves aos moradores atingidos que é necessário corrigir. Recorde-se que este fundo imobiliário criado em 2010 no mandato do Doutor Rui Rio para demolir o Bairro do Aleixo e criar ali uma urbanização de luxo, previa que o fundo imobiliário construísse, como contrapartida, novas habitações para realojamento dos atuais moradores. No entanto, em nove anos não foi construída a maior parte dos grupos habitacionais previstos. Desde então que as três torres remanescentes se encontram em estado de abandono sem manutenção e aumentando a sua degradação. Mais recentemente, em 2018, o fundo imobiliário declarou-se sem meios financeiros para cumprir esse compromisso e a Câmara do Porto aceitou ficar com este encargo e libertar o fundo desta contrapartida, realojando os moradores nos bairros municipais de Francos e da Pasteleira, assumindo a Câmara esses encargos. Entre outras consequências, esta opção resultou também numa diminuição significativa da disponibilidade de habitação social na cidade do Porto, numa altura em que esta é cada vez mais uma necessidade crítica desta cidade. A pressa com que a Câmara do Porto, após muito



tempo de inatividade neste assunto, está a fazer a transferência dos moradores como se de meros objetos ou mobília se tratasse, tem vindo a criar diversos problemas e prejuízos aos moradores que não tinham pedido para sair das suas casas, mas que foram forçado a isso. Nomeadamente as habitações dos Bairros de Francos e Pasteleira são muito mais pequenas que aquelas que existiam no Bairro do Aleixo, pelo que muitas pessoas já não têm sítio onde colocar as mobílias que tinham na sua anterior habitação. A Câmara do Porto não auxiliou com as mudanças os moradores, nomeadamente, moradores já bastante idosos ou acamados ou com outras formas de mobilidade reduzida, que foram confrontados com a inoperância dos elevadores das torres avariados há muito tempo, o que levou mobílias a terem de ser descidas por cordas do exterior. Por outro lado, impôs-se-lhes a obrigatoriedade do pagamento de novos encargos, nomeadamente de requisição dos contadores de água e luz, quando esta transferência deveria ser gratuita nestes casos. Pessoas idosas e de mobilidade reduzida a ser realojadas em habitações situadas no terceiro piso, de onde muito dificilmente poderão sair. Portanto, para concluir, Senhor Presidente, solicitávamos que a Câmara do Porto pudesse corrigir com a maior urgência possível estas situações que se verificam".

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Machado, interveio dizendo: "O tema que me traz aqui é a segurança ou a falta dela. Há um conjunto de opções que o Governo tem vindo a tomar que, na nossa opinião, têm colocado em causa a segurança dos cidadãos. É por demais evidente a degradação a que as forças de segurança têm vindo a ser votadas, quer pela falta de efetivos, pela falta de viaturas, pela falta de condições e, de certa forma, pela incapacidade de gestão do Ministro da Administração Interna e pela tutela sufocante do Ministro das Finanças. O aspeto mais flagrante com que nos temos vindo a deparar é a falta de capacidade operacional das forças da autoridade para o cumprimento da sua função básica que é, efetivamente, registar as ocorrências. Ainda recentemente, o índice de criminalidade diminuiu e isso foi apresentado pelo Governo como uma coisa boa, mas o que efetivamente aconteceu é que a atividade operacional da Polícia de Segurança Pública diminuiu pela



diminuição dos efetivos. E, portanto, com menos efetivos na rua, há menos operação, menos registos, menos criminalidade e, portanto, um artificialismo causado pelas cativações do Governo, que determinaram esta degradação e este desrespeito de uma função essencial do Estado, a de preservar e a sua proteger os cidadãos. No que toca à falta de efetivos, julgo que é de particular relevância o facto de serem admitidos anualmente sempre menos efetivos do que aqueles que saem por aposentação ou para integrar outras forças policiais, nomeadamente, a Polícia Municipal. Sendo que, em 2019, a situação ainda se agravou mais, porque o Governo não abriu a Escola de Polícia. Aliás, o Comando já está a pensar em fechar esquadras à noite e a criar esquadras de urgência. Temos esquadras com um carro apenas para todo o efetivo. Temos carros a trabalhar 24 horas por dia. Temos uma situação no que respeita às viaturas absolutamente surreal, até pelos custos envolvidos na manutenção de viaturas que estão mais do que saturadas e não têm vindo a ser substituídas. Naturalmente, em termos de instalações e, particularmente, aqui no Porto, a Bela Vista e o Heroísmo precisariam de uma boa intervenção. Não podemos deixar de referir que, para nós, é absolutamente fundamental um investimento no pilar da segurança por parte do Estado Central, uma vez que é da sua competência garantir que os cidadãos quando precisam de ser socorridos pelas forças policiais, o são da melhor forma, e com as melhores condições. E isso infelizmente, não tem vindo a acontecer. Fica por esta forma o reparo do Partido Social Democrata relativamente a esta gestão, de cativação em cativação, que vai retirando capacidade operacional às forças de segurança".

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse: "Sob o mote dos 45 anos do 25 de abril e do dia das trabalhadoras e trabalhadores que aí vem, trago hoje como declaração política nesta Assembleia algumas notas sobre a consagração da democracia a partir de um olhar focado na cidade do Porto. Assinalar o 25 de abril é inscrever na memória da cidade a ação militar desencadeada pelos Capitães de Abril que fez ruir a ditadura do Estado Novo. Foi o princípio de um caminho que continuamos a percorrer com avanços e retrocessos ditados por conjunturas políticas mais ou menos reféns de interesses instalados. Um caminho em direção ao direito à habitação, à erradicação da pobreza, a um



serviço universal de saúde, à educação para todas e para todos, ao direito ao trabalho com direitos e dignidade e ao exercício pleno de uma cidadania democrática. Importa, então, olhar para o Porto a partir destes anseios populares, e abril deve ser transversal à política local: está muito ainda por cumprir também no Porto. Começando pela democracia local de proximidade não cumpre abril a forma como em 2019, no século XXI, era das ferramentas digitais, as pessoas têm acesso ao espaços democráticos da cidade, seja pela forma como as inscrições nas reuniões desta Assembleia e do Executivo se processam, seja porque é remetida para o final das sessões, a horas impróprias, a sua intervenção neste espaço, seja porque não é feita a transmissão destas sessões, um mecanismo que multiplicaria significativamente a assistência destas sessões, e garantiria a democratização do que se passa dentro destas quatro paredes que, afinal, diz respeito à vida das pessoas do Porto. Seguindo para o combate à exclusão e à pobreza: começar por congratular o Executivo que agora anunciou o apoio à criação de uma unidade móvel de consumo para a cidade ainda antes do assunto regressar a esta Assembleia. E esperamos que esta preocupação não fique por aqui. São muitos os dados que demonstram ser insuficiente uma resposta móvel, e a preocupação também sob uma perspetiva de abril, em relação às pessoas sem-abrigo, que não viram ainda concretizadas algumas das medidas previstas na estratégia local apresentada. Da pobreza para a habitação, numa correlação evidente, a especulação imobiliária, a entrega ao mercado dos designios das pessoas no que diz respeito à garantia das casas para as famílias, tem criado uma situação de verdadeira calamidade na cidade. O trabalho, o direito ao trabalho, a luta contra novas formas de escravatura, o combate à precariedade, a garantia de dignidade de mulheres e homens na sua atividade profissional, são ainda bandeiras de que não podemos abdicar. Como é possível 45 anos depois do 25 de abril, que ainda haja na cidade do Porto, num espaço concessionado pela Câmara, uma empresa com trabalhadores sem direitos, vítimas de assédio moral? Como é que é possível que a Câmara não tenha nos seus contratos uma cláusula que iniba liminarmente a precarização ou ausência de direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores envolvidos? Com muito caminho percorrido e numa cidade caracterizada pelas lutas que fizeram e fazem abril e maio, muito está efetivamente para cumprir. Para terminar, e ainda em prol da inscrição do



que nos trouxe abril, no que à cidade diz respeito, trago a este espaço, para já como forma de divulgação desta iniciativa, a informação de que o Bloco propôs na Assembleia da República que o Museu Militar, aqui do Porto, passe a ser, no Porto, o Pólo de uma rede nacional de museus de resistência e liberdade. Honrar a memória e a luta dos presos e perseguir os políticos do Estado Novo é também cumprir abril e o Bloco de Esquerda prosseguirá esse caminho”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) referiu: “Recentemente, verificamos a instabilidade e fragilidade do nosso sistema político, económico e financeiro, com a greve dos motoristas de matérias perigosas. Em poucos dias deu-se nas ruas uma verdadeira corrida ao ouro negro e, como expectável, não estávamos preparados para a realidade de ainda estarmos estruturalmente dependentes desta fonte de energia fóssil. Já ouvimos dizer que se tivéssemos recursos endógenos não estaríamos vulneráveis a choques externos, fazendo uma ligação a este episódio nacional, como alavanca mediática, para cativar a ideia de que estaremos mais seguros com a exploração de petróleo e gás em Portugal. Mas temos de pensar estruturalmente para não comprometermos o presente e o futuro. Falta impulsionar a independência energética das pessoas, das empresas e das comunidades, com fortes estímulos à descentralização de produção, distribuição e consumo de energias 100% renováveis. Tendo em consideração o escasso tempo que temos de transição, e considerando o impacto destrutivo das alterações climáticas, devemos pensar numa mudança política e ideológica que priorize a implementação de uma economia realmente descarbonizada e circular que fomente a rápida e exequível transição energética com investimentos públicos, mas integrando o setor privado, e que garanta a máxima independência energética de pessoas, empresas e comunidades, o isso passa também e claramente pelas políticas municipais”.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação sobre os Documentos de Prestação de Contas do ano económico de 2018 (NUD/149276/19/CMP).



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse: "Apesar de estarem divulgadas as contas e o relatório, entendo, por consideração e respeito pela Assembleia, que devo ler alguma coisa sobre isso. Quando, em finais de 2003, a cidade começou a ser governada com base neste modelo político elegeu três eixos de atuação: a coesão social, a economia e emprego, e a cultura, tudo sustentado no princípio das contas à moda do Porto. A execução desta política nos primeiros quatro anos resultou em finais de 17 no reforço da confiança política dos portuenses na gestão que vínhamos fazendo. E este é o primeiro relatório a espelhar já essa realidade governativa. Desde logo, estas contas espelham o princípio basilar da nossa governação: as contas à moda do Porto. A dimensão contabilística oferece indicadores históricos quanto à taxa de execução, nível de endividamento, capacidade de endividamento, dívida de curto prazo, prazo de pagamento a fornecedores e, sobretudo, valores de investimento. Contas que contam pela primeira vez como contributo extra e direto agora deixado na cidade pelos turistas para minimizar a sua pegada. Na verdade, o turismo e a economia que chegam à cidade, também muito através de investimentos em negócios de base tecnológica, são e eram já contribuintes liquidados para o Município. Mas não havia, de facto, um contributo direto dos que passam de forma efémera pela cidade e passou a haver. A taxa turística bem como a receita oriunda de impostos e taxas que continuam em alta graças ao investimento que está a ser feito em matéria de requalificação urbana, permitiram continuar a curva ascendente do orçamento municipal. E é esse crescimento da receita total que tem permitido, em simultâneo, aumentar o investimento na qualidade de vida dos portuenses e baixar radicalmente o investimento, produzindo no fundo, uma quase inexistente dependência da banca o que representa, agora e principalmente no futuro, liberdade. Repito, trata-se de um aumento de receita, mas não de um aumento de impostos sobre os portuenses que pagam agora o IMI mais baixo de sempre. Em 2019, os residentes no Porto pagarão até abaixo do limite até agora estabelecido de 0,3%. Nunca tinha acontecido nem no Porto nem qualquer outra cidade do país. É a mais baixa taxa de IMI que alguma vez existiu. E foi pois num contexto de crescimento do orçamento total e aumento de



receita que a Câmara conseguiu em 2018 melhorar o nível de vida dos portuenses e simultaneamente terminar o exercício com uma taxa de execução de despesa acima dos 80%, neste caso 84,2%, o que representa o mais alto valor dos últimos anos e, seguramente, um dos mais altos de Municípios Portugueses de grande dimensão. E se incluirmos o valor comprometido por via do exercício do direito de preferência e que, por razões legais por Vossas Excelências bem conhecido, fica retido, então estaremos perante uma taxa de execução acima dos 90%. Mas as contas à moda do Porto tem uma outra dimensão. O Porto apresentava há 5 anos um problema social e estruturante preocupante: o desemprego que caiu mais de 50% neste período. Esse tema atrai a nossa análise para um dos eixos fundamentais da nossa governação: a coesão social. Cumprindo o desígnio de contribuir para a criação de oportunidades de trabalho aos portuenses através da aceleração da economia, através de uma política amiga do investimento, a Câmara tem também olhado de forma atenta para as suas políticas mais assistencialistas. Refiro-me à disponibilização de habitação social de qualidade a cerca de 13% da população o que excede, em mais do dobro, os objetivos nacionais e a média de 2% existente ainda no país. Mas refiro-me também ao programa de emergência social que apoia a renda até 75% dos que ainda não conseguiram uma habitação social ou aqueles que queiram temporariamente, numa situação de necessidade, E refiro-me ao programa de apoio aos cidadãos sem-abrigo e que tem permitido à Câmara do Porto ser apontada como exemplo no desígnio nacional que todos queremos de erradicar este fenómeno. Se olharmos aos números deste relatório percebemos que mais de 40% do investimento municipal é feito na coesão social, habitação e urbanismo, parcelas seguidas pelo ambiente e mobilidade que completam os setores que mais consomem recursos e assim refletem as apostas Municipais: economia, coesão social e cultura. Este último eixo voltou a ser, em 2018, o cimento de todos os outros, pois através dele a economia e a coesão também territorial na cidade consolidam-se de uma forma mais rápida e integrada. A execução e de sucessos de projetos culturais, além da sua dimensão social, têm a virtude de demonstrar que não é a cultura que degrada as contas públicas e a economia, bem ao contrário. Se hoje vemos um crescimento de interesse de investidores pela cidade e se verificamos que companhias aéreas se interessam pela cidade e iniciam



operações de áreas históricas no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, muito se deve, acreditem, à oferta cultural que a região hoje oferece. Senhor Presidente, Senhores Deputados, 2018 foi pois um extraordinário ano de consolidação de políticas, contando com uma componente de continuidade do desenvolvimento dos três eixos de governação que tinham sido enunciados em 2013, mas foi também o ano de arranque para novas políticas de sustentabilidade que anunciámos em 2017. O relatório apresentado reflete já, por exemplo, a internalização dos serviços de recolha e limpeza depois de um longo período de concessões que herdámos. A solução encontrada de criação de uma Empresa Municipal que cumprisse na íntegra a operação de recolha, depois de uma nova normal fase de adaptação e transição, com as dificuldades que reconhecemos, revela-se hoje já bem mais económica e mais eficiente. Os investimentos que têm vindo a ser feitos nesta área reduzem a dependência municipal relativamente a terceiros e permitem-nos apostar em soluções cada vez mais avançadas e cada vez mais orientadas para a reciclagem que é uma meta absoluta e civilizacional. Também na área da habitação, o outro eixo da sustentabilidade, 2018 foi um ano de arranque para novas políticas e paradigmas. O sucesso obtido no pedido de devolução do quartel de Monte Pedral e os estudos já efetuados em 2018 para o projeto do Monte da Bela, conjugados com as apostas feitas na delimitação de novas áreas de habitação urbana na zona oriental da cidade, em concreto em Campanhã, permitir-nos-ão lançar brevemente a construção de dois grandes projetos de habitação com renda acessível, destinado à classe média. O interesse pela cidade do qual resulta já que esteja estancada a sangria de habitantes registados desde os finais dos anos setenta do século passado, provoca, naturalmente e reconhecidamente, uma maior pressão sobre os preços da habitação. Mas ainda assim, os valores em prática no Porto não são de modo a criar o alarme social que tem sido promovido, a nosso ver, artificialmente. Se atentarmos à comparação com Lisboa e mesmo com algumas cidades limítrofes da capital, percebemos que o Porto é bem mais acessível e que nem nas freguesias do Centro Histórico os números são sequer comparáveis à média de toda a cidade de Lisboa e mais significativo ainda, os preços da habitação no Porto estão hoje ainda abaixo dos verificados em 2017, antes da crise que desde então se instalou no país. Estes são números do INE. Ainda assim reconhecemos todos



os salários em Portugal são ainda demasiadamente baixos para os valores praticados pelo mercado do arrendamento, cujo enquadramento macroeconómico e legislativo desfavorece. Daí a necessidade de novas políticas de habitação, já não destinadas às classes mais favorecidas, mas para colmatar uma falha de mercado efetivamente existente para as classes média e média baixa. Sem prejuízo da leitura dos números e quadros que foram distribuídos, resume-se pois este relatório com uma prestação de contas que reflete o cumprimento rigoroso e quase integral de um programa político que foi sufragado, sem desvios negativos e sem ambiguidades. Aumentaram-se as taxas de execução: a taxa de execução da Domus, por exemplo, ficou acima dos 92%, cresceu o investimento naquilo que mais interessa, amortizaram-se antecipadamente mais de 20 milhões de euros em empréstimos bancários, reduzindo-se a dívida bancária em quase 60%, reduziram-se os custos com pessoal e aquisição de serviços em mais 17 milhões de euros. A Câmara do Porto sai de 2018 mais capaz do que nunca de cumprir o seu programa político com boas contas, programas bem estruturados para o futuro. Assim, a burocracia, a morosidade dos intermináveis processos e as sucessivas aprovações por parte dos poderes intermédios num Estado demasiadamente centralista nos deixem executar na sua plenitude no futuro próximo e no presente mandato. A amortização de empréstimos bancários no valor de 21,2 milhões de euros e a redução da dívida bancária de médio longo prazo em 59.2%, 18,5 milhões de euros, a variação negativa das despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços face ao previsto em orçamento e que, no conjunto, é de cerca de menos 17.8 milhões de euros. Do acréscimo do valor executado em investimentos quer pelas Empresas Municipais, Domus Social, GO Porto, quer por parte do Município onde se inclui a aquisição de serviços no âmbito dos exercícios de preferência, um prazo médio de pagamento a fornecedores de 4 dias, o reforço da capacidade de endividamento são, enfim, fatores que nos garantem que, no futuro, qualquer que seja a situação macroeconómica, estamos em condições de fazer aquilo que prometemos e que iremos cumprir”.

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) fez a seguinte intervenção: “Para terminar com qualquer *suspense* acerca da minha intervenção, direi



já que o Partido Socialista abster-se-á neste ponto de discussão da ordem de trabalhos, sendo esta, evidentemente, uma abstenção crítica pelos fundamentos que espero que fiquem claros com a intervenção que aqui faço perante Vossas Excelências. Desde logo, os documentos de prestação de contas relativos a 2018, estes que aqui discutimos, introduzem modificações significativas nos valores da despesa total e nos valores da despesa de investimento quando comparamos esses valores com aqueles que estavam no orçamento, quer o orçamento inicial, quer o retificativo que houve ao longo do ano civil de 2018. Por exemplo: a despesa total prevista no orçamento de 2018 era sensivelmente de 281 milhões de euros. A despesa total que aqui ficou materializada nos documentos de prestação de contas é de 270 milhões de euros, sensivelmente. Portanto, estamos aqui a falar de uma redução de 10 milhões de euros de um valor para o outro. E, para nós Partido Socialista, não há razões suficientemente densificadas ou explicadas para aceitar esta diminuição de 10 milhões de euros na despesa total. Logo, e isto é um ponto importante, é um ponto de avaliação política, Senhor Presidente da Câmara, a avaliação que se deve fazer da execução da despesa, não é relativamente aos 84% de execução que é muitas vezes propagado, mas sim de 81% daquilo que temos como valores reais, para nós. Para além do mais, e referindo ainda aqui as questões das modificações ou das diferenças que encontramos entre os dois documentos, quando olhamos para a despesa em relação ao investimento esta é ainda maior, a diferença entre as duas grandezas. O que estava previsto no orçamento era um número, direi até mítico quase, de 100 milhões de euros e tanto era mítico que, agora, com o choque da realidade, percebemos que, afinal, ficamos mais ou menos nos 80 milhões de euros. Portanto, uma diferença que atinge praticamente 20 milhões de euros entre, o que é que estava orçado e o que é que se vem a verificar na realidade. E, neste ponto, Senhor Presidente da Câmara, também lamento informar mas a execução não está a rondar os 74%, mas sim de acordo com os cálculos que fizemos, os 60%, o que significa que é ainda uma execução inferior àquela que se registou no ano de 2017 que recordo Vossas Excelências foi de 62%. Estes são desde logo pontos fundamentais na nossa avaliação quanto aos documentos de prestação de contas relativamente ao ano de 2018. Mas, Senhor Presidente da Câmara, dar-lhe-ei aspetos positivos para lhe dar alento na sua função.



Dar-lhe-ei alguns aspetos positivos que nós destacamos, tais como a manutenção de contas equilibradas, a redução da dívida que, aliás, é uma decorrência do primeiro ponto, o aumento ainda tímido do investimento – achamos que pode ser um aumento muito superior e sobretudo muito melhor executado do que tem vindo a ser –, assim, como também, a contenção das despesas agregadas na rubrica pessoal, fornecimentos e serviços externos. Mas, Senhor Presidente, estes aspetos positivos são sobretudo resultantes da persistência de uma conjuntura económica muito favorável. E se tantas vezes o Senhor Presidente da Câmara gosta aqui nesta casa de falar dos partidos da maioria, devemos dizer precisamente que esta conjuntura económica mais favorável que se vive no país deve-se precisamente a uma governação de esquerda, a uma governação que é do Partido Socialista suportada na Assembleia da República pelo Partido Comunista Português, pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Ecologista Os Verdes. Eu sei que à direita representada neste hemiciclo lhe custa ouvir isto, mas é a realidade dos factos. É, Senhor Deputado André Noronha, como há bocado dizia, é a realidade dos dados do INE, vá ver ao INE e verá a mesma realidade dos factos que tanto o incomoda. E esta conjuntura económica muito favorável, Senhor Presidente da Câmara, verifica-se em setores como o setor do imobiliário, do turismo ou dos serviços associados aos dois primeiros, que têm, evidentemente, um forte impacto na arrecadação de receita municipal. Ora, são aspetos positivos, é certo, mas insuficientes e sobretudo conjunturais que não nos deixam de todo sossegados relativamente ao futuro dos diferentes orçamentos e das respetivas execuções orçamentais. São 5 os problemas de maior significado que nós encontramos na prestação de contas de 2018, Senhor Presidente da Assembleia Municipal. A começar desde logo por um saldo de gerência de 85 milhões de euros que é manifestamente excessivo e este saldo de gerência de 85 milhões de euros, que é, repito, manifestamente excessivo nossa opinião, demonstra uma acentuada incapacidade deste Executivo Municipal para encontrar respostas aos desafios da cidade. Estamos a falar de um Executivo Municipal que, ao longo deste mandato, se tem fechado cada vez mais sobre si mesmo, tem sido incapaz de dialogar com as outras forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal assim como na Câmara Municipal e daqui resulta a falta



manifesta de novas ideias, de novas iniciativas, de novas políticas para dar resposta a novos desafios ou a antigos problemas que se vão agudizando na nossa cidade do Porto. Depois, o segundo ponto que é, direi, uma decorrência lógica do que aqui já fui explicando: é o nível de investimento ser claramente insuficiente. O que, no que diz respeito à sua concretização em concreto, traduz Senhor Presidente da Câmara permita-me a expressão, um atraso já patológico por parte deste Executivo para cumprir aquilo com que se propõe. É um atraso patológico, e depois, evidentemente, no que seriam novas iniciativas é uma total incapacidade de apresentar aqui novas soluções como acabei por referir, no ponto anterior. O terceiro ponto de maior preocupação para nós, Partido Socialista, é a excessiva carga fiscal que se mantém neste corolário normal daquilo que foi o orçamento aprovado para o ano de 2018, uma carga fiscal que, aliás, é excessiva por vários dados, um deles que nós podemos retirar esse valor excessivamente alto é do aumento da receita fiscal em 25%. Ora, se temos um aumento da receita fiscal em 25%, isto é manifestação concreta que poderíamos ter reduzido a taxa do imposto de IMI, o Imposto Municipal sobre Imóveis, como tinha proposto e defendido o PS em devido tempo. Para além do mais, temos ainda aqui uma e, como quarta razão, uma total penúria das transferências financeiras para as Juntas de Freguesia, estamos basicamente a falar de 1.5%, quando os habituais 2, 2,5%, não se verificam e que nós já considerávamos que era escassos. E sobre este ponto eu não resisto a referir que eu recordo-me bem do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Centro Histórico ou das antigas freguesias que compunham o centro histórico desta cidade, ter vindo aqui fazer, neste mesmo palanque onde me encontro, uma intervenção sobre como o aumento do salário mínimo da função pública o colocava em grandes dificuldades, enquanto Autarca para poder pagar o correspondente salário aos funcionários públicos. E, devo dizer, e este é um aparte, eu até considero que esse aumento do salário mínimo para a função pública é insuficiente como foi insuficiente o aumento do salário mínimo nacional, deveria ser mais, deveríamos ser mais arrojados. Agora, o que eu acho curioso é que o Senhor Presidente da Junta veio aqui falar contra o Governo do Partido Socialista e agora silêncio total na capacidade que têm de reivindicação perante o Senhor Presidente da Câmara. Será certamente por serem Junta de Freguesia e a Câmara Municipal da mesma força



política, agora, a verdade é que esta penúria nas transferências, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é manifestação concreta de uma opção centralista deste Executivo Municipal que, aliás, vai beber de inspiração ao CDS/PP partido que apoia o Senhor Presidente da Câmara. É uma opção centralista dos partidos da direita que, aliás, Senhor Presidente da Câmara, lhe devo dizer, com muito desgosto meu, o vejo tão forte a falar sobre a regionalização, objetivo político que ambos partilhamos, vejo-o a falar sempre contra o processo de descentralização, ainda hoje aqui foi falado sobre a Cimeira de Sintra, agora descentralizar dentro de casa, está quieto. Descentralização é só para os outros, isto é mesmo à boa maneira do CDS/PP. Enfim, é uma pena que o Senhor Presidente vá ficando manietado pelos tiques deste partido que agora, aliás, até tenta justificar a extrema-direita fascista espanhola como um movimento político perfeitamente aceitável naquilo que é a democracia ocidental europeia. Eu sei que o incomoda, Senhor Deputado, eu sei que o incomoda. Finalmente, e última razão para a nossa abstenção: a ausência de uma resposta efetiva à carência de habitação no Porto, quer seja à carência de habitação para as famílias com menores recursos, quer seja para algumas camadas da classe média da população mais jovem. E sobre este ponto, Senhor Presidente da Câmara, permita que também interpele diretamente um dos seus Vereadores. O Senhor Vereador Pedro Baganha e, por decorrência lógica, o Senhor Presidente tem responsabilidade política enquanto Presidente do Executivo, continuam a duas velocidades sobre esta matéria. Parados ou muito paradinhos, não há outras velocidades possíveis, ou é parado ou é muito paradinho. E a este ritmo, Senhor Presidente da Câmara, eu tenho muita pena de lhe dizer, mas, parece-me que neste mandato veremos zero casas colocadas no mercado a rendas acessíveis. Eu repito: zero casas colocadas no mercado a rendas acessíveis. E, aliás, consideramos que esta situação financeira do Município justificava medidas de muito maior rapidez e de muito maior eficácia. E, por exemplo, podíamos já falar, se quisesse Senhor Presidente da Câmara, do arranque do projeto do Monte da Bela. Eu já nem vou falar do Quartel do Monte Pedral que transitou agora para a posse do Município. O arranque imediato do projeto do Monte da Bela que continuamos sem o ver. E, portanto, por estas razões, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Partido Socialista abster-se-á na votação deste ponto".



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu dizendo: "Senhor Deputado, antes de mais agradeço a abstenção. Quanto à taxa de execução nós usamos os mesmos critérios que foram sempre usados, nomeadamente, no anterior mandato, quando governamos com o Partido Socialista. Não me lembro, o Senhor não estava cá, mas não me lembro de ouvir esta Assembleia questionar os critérios técnicos. Já agora: se considerar o orçamento original de 257 milhões de euros, a taxa de execução foi de 88,7%, se considerar a revisão foi de 80,6%, se considerar o final foi de 84,2% e foi essa que nós consideramos porque é assim que tecnicamente sempre foi feito. Mas são estes números, não tenha dúvida. Em qualquer caso, bastante melhor do que um Senhor Deputado Municipal, que misteriosamente hoje não apareceu, do Partido Socialista, que dizia que não íamos atingir 50%. Bem sei que ele depois muda de ideias, e diz que não disse, mas disse, e uma Senhora Vereadora, que disse, está em ata, que nós não iríamos atingir os 50%. Mas atingimos. Olhe, correu bem, e podia ter corrido mal porque há outras Autarquias em Portugal onde está a correr muito mal, e sabe porquê? Os concursos, por exemplo, estão a ficar desertos por causa do aumento do custo da construção que, naturalmente, tem aspetos positivos e aspetos negativos. Eu espero que nesses Municípios onde o PS governa, o PS não tente comparar com estes elementos ou esquecer aquilo que aqui disse. É melhor, portanto, haver aqui algum cuidado, e dizer assim "este número foi possível, porquê?" Porque, de facto, as coisas correram bem, e o mérito não é meu, correram bem porque os serviços trabalharam nisto, porque havia uma projeção do trabalho e, porque, nalguns casos, tivemos sorte, porque hoje há muitos concursos que ficam desertos. Nós tivemos um, como bem sabe, o Liceu Alexandre Herculano. E nessas circunstâncias, o que é que se faz? Tem que se lançar um novo concurso. Portanto, há aqui circunstâncias que levam a que seja praticamente impossível que os Municípios, a partir do momento que tenham investimento forte, possam comprometer a sua taxa de execução. Este ano, a meu ver, correu bem. E, quero-lhe dizer também que na Domus, que foi governada pelo Partido Socialista durante 3 anos e meio, tivemos a maior execução de sempre. Não quer isto dizer, longe disso, basta ver, que tivesse sido mal governado, mas sabe o que é que quer dizer? Desta vez conseguiram-se



lançar os concursos e conseguiram-se concluir mais obras do que anteriormente. E, portanto, isto devia ser um motivo de satisfação, não é para me gabar, é um motivo de satisfação. Esperemos que no próximo ano consigamos a mesma taxa de execução. As coisas correram bem com os concursos, correram bem com a litigância, Senhor Deputado, é jurista, sabe muito bem, esses problemas podem surgir. Sobre isto queria também dizer o seguinte: nós tivemos claramente o maior investimento. Portanto, não vale a pena o Senhor afirmar que o investimento não é suficiente, isso é típico da oposição, olhe isso é o que acusa o seu Governo, é que a nível nacional não há investimento, como sabe. Eu tenho aqui um mapa que mostra isto. Este mapa é demonstrativo. Portanto, se eu olhar bem, desde 2009 não houve nenhum ano em que o investimento tenha sido tão forte como foi em 2018. Foi melhor do que foi no passado. E, portanto, fizemos mais investimento, fizemos maior investimento e, a meu ver, fizemos investimento cuidadoso e investimento importante. E é verdade que o fizemos no momento em que o país está a viver uma situação de desafogo. Mas sabe que a razão pela qual nós temos esta situação de desafogo, é a da história da cigarra e da formiga. Nestes tempos, são exatamente os tempos em que devemos aproveitar as boas circunstâncias macroeconómicas que temos, que eu não nego, para resolver o problema do futuro, para não entrar em ousadias. Porquê? Porque é provável que, mais cedo ou mais tarde, e eu não acredito propriamente em fantasmas, mas é improvável e acompanhar-me-á nisso, que, a taxa de juro por exemplo se mantenha ao nível que está e, portanto, me parece de boa política reduzir investimento que foi o que fizemos nos últimos cinco anos, nada disto é novo, fizemos isto. E evidentemente que isso liberta o Município para ter uma política mais ousada em tempos de crise, se ela chegar. Quanto ao Governo, não se preocupe, nós temos uma excelente relação com o Governo, discordando algumas vezes, concordando a maior parte das vezes, e contando com este Governo, como com todos os governos centrais com uma relação perfeitamente equilibrada e razoável, e temos conseguido coisas pelas quais ficamos gratos. A questão do Monte Pedral que se resolveu rapidamente foi evidentemente uma coisa muito importante, mas era uma coisa que estava há muito tempo a ser realizada, foi concretizada. Também foi concretizada porque o Governo devolveu aquilo à Câmara, mas também fará justiça que também houve da nossa parte



um merecimento de ir buscar uma coisa que, para alguns, já estavam esquecida. Correu bem, houve outras coisas que correram mal. Olhe, eu não gostei que alguns outros equipamentos que existiam aqui na cidade tivessem sido alienados, não gostei. Preferia que não tivessem sido alienado a preço de mercado, ainda que compreenda que o Ministério das Finanças tem necessidade desses recursos. Nós todos preferiríamos ter outros equipamentos na nossa mão, porque este foi apenas uma devolução. O Estado até agora não nos deu nada. Eu não gostei, por exemplo, de ver, relativamente às residências universitárias, o que se está a passar: é que em Lisboa foram dados prédios para serem reabilitados, e aqui foram dados uns casebres, ali no Campo Alegre. É melhor não ir lá ver. Não gostei, pronto, há coisas que a gente gosta, há coisas que a gente não gosta. Mas há uma coisa que eu não gosto mesmo que é quando o Senhor Deputado fala em política de habitação. Porque o Senhor pode dizer que nós fizemos pouco, ou que não fizemos nada. Olhe: nos quatro anos anteriores também não se fez habitação a preço controlado. O que é que fez o Estado? Não fez nada, e também não é deste Governo. Há quantos anos é que o Estado não investe um tostão em habitação? Eu pergunto assim, para que é que serve o IHRU? Olhe, para evocar aquilo que foi dito pelo Senhor Vereador Manuel Pizarro na última reunião do Executivo. Onde é que encontra casas do IHRU? Onde é que elas estão? O IHRU tem investido? Tem reabilitado as casas? Sabemos qual é a lista de espera no IHRU? Sabemos se as pessoas ainda lá vão inscrever-se? A verdade é que o Estado nada fez e, portanto, a Câmara vai fazendo à medida daquilo que considera disponível, considerando que este Executivo fez, pelo menos no último ano, muita obra nesta área e, naturalmente, vai continuar a fazer. Também não compreendo a acusação de diálogo. Esta coisa do diálogo é uma coisa curiosa. Olhe, nós tivemos diálogo porque, na preparação para o orçamento deste ano, tivemos o cuidado de falar com as forças políticas e houve quem nos quisesse fazer propostas que nós acolhemos, e houve outros que não, que apenas disseram que queriam que reduzíssemos impostos. Vou-lhe fazer um desafio. Quando, de facto, o Governo reduzir significativamente os impostos, eu sei que talvez o possa fazer um dia quando tiver folga para o fazer, então, digam-nos que nós também acompanhamos. Agora não me venham por favor, falar em redução mais de IMI, quando nós para este ano, teremos o IMI,



para os residentes, mais baixo do país. Sabe porquê? Porque eu já sei que é que vai acontecer, à medida que nós reduzimos o IMI, vão surgir sobretaxas do IMI, chamadas, eu chamei-lhes Mortágua, e esse dinheiro fica em Lisboa. E para isso não. Nós estarmos a reduzir aqui para o dinheiro ir para ali, peço desculpa, não faz muito sentido, sabe? Portanto, já que gostam muito de redução de impostos, façam o seguinte, acabem com essa sobretaxa. Se acabarem com essa sobretaxa, eu prometo que nós fazemos uma redução, uma nova redução de 10% do IMI para os residentes. Agora, o que não faz sentido é estarmos nós a reduzir o IMI e criarem sobretaxas ao IMI que não vêm para a Câmara e vão para os cofres lá de baixo, peço desculpa, não faz sentido, não faz sentido nenhum porque o IMI é um Imposto Municipal sobre Imóveis. E, portanto, uma sobretaxa sobre imposto municipal sobre imóveis devia ser decidido aqui, pelas Senhoras e pelos Senhores, e a ser criado devia reverter para as contas da Câmara. Sabe a que é que esse dinheiro podia ajudar? Podia ajudar no problema da habitação, porque é muito fácil falarmos em Primeiro Direito e nós apoiamos, nós temos apoiado, e temos estado com a Senhora Secretária de Estado da Habitação em tudo, mas não é possível fazer nada sem graveto. E não há. Nós não vimos em tudo isto uma nova vaga de habitação promovida pelo Estado. Desde que foram erradicadas as barracas e foi uma coisa muito importante sobre o ponto de vista civilizacional, desde 2007, o Estado ainda não teve folga para resolver este problema. Queria lhe dizer também sobre as freguesias: o Senhor Deputado sabe muito bem que, relativamente aos custos de estrutura das freguesias, essas não devem ser compensadas através da delegação de competências e dos contratos interadministrativos. Essas devem ser resolvidas através de uma coisa que se chama FFF que é uma transferência do orçamento de Estado. Se o Senhor Deputado acha que as transferências de Estado para as Freguesias são baixas, e eu acho, então diga ao seu Governo. E mais uma vez lhe digo: por cada percentual que aumentarem às Freguesias, nós também arranjaríamos forma de dobrar o valor. Dobrar o valor. Agora, o que não pode ser é que o Estado muito generoso diz assim: 'pois nós, vamos pagar mais aos funcionários públicos' eu estou de acordo, mas depois o que é que acontece? Não transfere para as Freguesias as verbas correspondentes, isto é verdade, e o Senhor sabe que é verdade. E, portanto, desculpe que lhe diga, uma pessoa inteligente



como o Senhor e conhecedor, só pode dizer isto por um exercício de demagogia. Só por manifesto exercício de demagogia, é que pode responsabilizar a Câmara por não fazer repercutir nas transferências para as Freguesias, aquilo que tem a ver com o seu normal funcionamento e isso vem num Fundo chamado FFF. Quanto ao resto, sabe Senhor Deputado, eu não gosto muito da palavra patológica que o Senhor usou, mas não tenho grande problema nem a considero patológica. O que eu acho patológico às vezes é a verdadeira incapacidade que o Senhor tem em reescrever a história”.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) disse: “Eu começaria por abordar este ponto da prestação de contas, deixando, relativamente ao inventário municipal, uma nota de saudação ao trabalho efetuado pelos serviços, sobretudo, porque já todos conhecemos a importância de não haver mais situações de património público que o Município desconhece e que é apropriado por privados de forma irregular. Nós sabemos que sobre esta matéria continua a faltar muito trabalho, mas 100 milhões de euros apenas em 2018 em terrenos incorporados nas contas da Câmara, parece-me a mim que dão razão à insistência que durante anos o Bloco de Esquerda fez aqui para que se cumprisse a lei no Município do Porto e para que a Câmara conhecesse o seu património, e portanto, deixamos essa nota positiva. Relativamente às contas, parece-nos que elas confirmam a tendência e o fenómeno dos últimos quatro anos. O crescimento massivo das receitas da Câmara à custa das transações imobiliárias da construção e do turismo. Falamos aqui de um resultado líquido de 36 milhões de euros, mas parece-me sobretudo importante olhar para um valor do IMT relacionado com as transações imobiliárias e perceber que ele tem hoje um valor de 61 milhões de euros e que só este ano foi 25 milhões acima daquilo que estava previsto em orçamento. Temos ainda a acrescentar a este valor a taxa turística e tudo indica que, no próximo ano, aliás, neste ano de 2019, esse valor se irá manter ou ser ainda superior. E, portanto, nós partimos deste diagnóstico para fazer a apreciação das contas. E, sim, nós não confundimos carga fiscal com receita fiscal, como parecem às vezes querer confundir aqui alguns partidos da direita. No entanto, nós somos da opinião de que a Câmara Municipal opta pelo caminho errado, opta por uma política orçamental errada, porque entendemos que este



crescimento das receitas municipais, muito significativas, (o IMT é hoje o triplo do que era no início do mandato do Senhor Presidente da Câmara) deveria ter sido canalizado para importantes investimentos e medidas sociais muito em particular na área da habitação. E isto, sobretudo, porque vivemos uma altura muito especial de crise de habitação na cidade, e também no país, a que nos parece que a Câmara já poderia ter dado uma resposta e uma resposta mais vigorosa há mais tempo. Tem condições para isso, como todos conhecemos, e continua a não a dar. E não, 400 casas até 2021 a preços de renda acessível, não é suficiente. É aliás, diria, muito insuficiente, é uma gota no oceano para as necessidades que esta cidade tem. Aliás, com saldos gigantescos desta dimensão, a opção da Câmara parece, aliás, neste exercício, ser a de abatimento da dívida. Temos aqui um reembolso antecipado de 20 milhões de euros em empréstimos bancários, em vez de se priorizar, por exemplo, o investimento dirigido à área da habitação, dar resposta às pessoas, e quando ainda falta tanto por fazer. E eu daria apenas mais três exemplos. O primeiro, ainda na área da habitação: a Câmara Municipal do Porto continuou neste ano que passou, sem uma estratégia política definida e integrada para habitação quando existem, por exemplo, 1000 famílias em lista de espera na habitação social – o Senhor Presidente já disse que não tem intenção em aumentar esta disponibilização – temos 2094 famílias com carência habitacional e a precisar de realojamento, temos 25 mil edifícios devolutos na cidade, e eu pergunto, por exemplo, onde é que estão as 20 a 30 casas do programa de apoio a pessoas em situação de sem-abrigo que foram anunciadas no verão de 2015 e que ainda não conhecemos. Aliás, parece-nos que, face às contas que nós temos na Câmara, que são claramente positivas, está a ser desperdiçada a oportunidade de neste momento lançar uma série de investimentos. E, por exemplo, o Senhor Presidente gosta muito de fazer a comparação com Lisboa, relativamente aos preços, se quisermos comparar com Lisboa podemos, a título de exemplo, dizer que a Câmara Municipal de Lisboa só este ano prevê a entrega de 800 casas em regime de preço acessível e até ao final do mandato, 2021 portanto, a conclusão de 4 mil casas no programa renda acessível com investimento da Câmara Municipal de Lisboa. A Assembleia da República eliminou os limites de endividamento municipal para investimentos na habitação. A estratégia local de habitação no Porto continua por fazer, não há



discussão pública sobre ela, não há participação de arquitetos, sociólogos, investigadores na área, nada se sabe sobre o que está a ser feito. O alojamento local continua a rolar, etc. etc., parece-nos que, neste aspeto, a Câmara falhou em 2018 e tem falhado nos últimos anos. Segunda dimensão: mobilidade. Parece-nos que a Câmara desistiu também neste ano que passou de ter uma política e uma estratégia definida para a mobilidade, uma política que seja centrada no abandono do uso do automóvel individual, e continua a ignorar, por exemplo, a questão da mobilidade em bicicleta, despreza a própria ideia de uma rede de ciclovias na cidade do Porto, a própria questão da valorização do espaço público pedonal parece muito insuficiente e, tudo indica, di-lo-ei aqui novamente, tudo indica a Câmara Municipal do Porto falhará em 2020 os compromissos que tinha assumido no âmbito das reduções de dióxido de carbono em 45%. O Bloco de Esquerda está há quatro meses à espera de informação sobre esta matéria e continua à espera, estamos muito preocupados. E, por fim, estas contas falham também naquilo que nos parecia ser importante no combate à exclusão social. Continuaram mais uma vez, e mais um ano, sem avançar as salas de consumo assistido, era uma emergência há quatro anos atrás quando o Bloco trouxe a esta Assembleia e a Câmara Municipal continua sem avançar com este aspeto. E, aliás, aquilo que foi anunciado esta semana pelo Senhor Presidente da Câmara, significa que recebeu a proposta que foi posta em cima da mesa por parte das organizações que era da criação também de salas de consumo assistido fixas e a palavra sobre essa matéria não foi dada e continua por definir. Continua, por exemplo, a não haver um investimento na rede pré-escolar, uma resposta pública que tem que aumentar necessariamente na cidade do Porto e sobre a qual não há uma palavra, uma rede de cuidadores, enfim. Eu alertava, por exemplo, e acho que como sintoma daquilo que foi a atuação da Câmara nesta matéria, que fossem ver hoje aquilo que era o espaço da antiga fábrica da Alumina e que vejam as consequências da política da Câmara relativamente ao Bairro do Aleixo. E, portanto, quando falamos em prestação de contas e avaliação da atividade no ano 2018, estes documentos traduzem uma política na qual nós não nos revemos e que consideramos que não respondeu aos principais desafios sociais e urbanos da nossa cidade, e, aliás, parece-nos a nós que vão em contraciclo daquilo que são as linhas políticas das cidades europeias modernas que



têm apostado nestas matérias. Merecerá por isso o nosso voto contra. E dito isto, eu julgo também que estes documentos de prestação de contas permitem-nos também tirar conclusões sobre o que podia ter sido feito e pode ainda ser feito este ano. Aliás, o Bloco de Esquerda tem lançado o desafio precisamente de pegar naquilo que são os resultados desta prestação de contas que agora aqui discutimos e avançar já no próximo mês de junho com um orçamento retificativo que corrija ou inicie a correção da trajetória da Câmara. Em primeiro lugar, estas contas que aqui nos são apresentadas permitiriam à Câmara Municipal alargar o passe gratuito até aos 18 anos já em setembro de 2019. Isto é uma medida de muito baixo custo, 1,5 milhões de euros, e de elevado impacto ambiental com um impacto muito significativo nas despesas das famílias e nas questões ambientais. Em segundo lugar: estas contas permitem também à Câmara Municipal do Porto implementar, finalmente, a tarifa social da água automatizada. Nós Deputados e Deputadas desta Assembleia já aprovamos essa proposta, essa recomendação, a maioria dos Municípios do país aplicam esta medida; beneficiária cerca de 16 mil famílias em situação de carência económica e o Executivo mantém a proposta na gaveta. E, por fim, inevitavelmente, estas contas permitem hoje dizer que a Câmara pode e deve, no mais breve curto espaço de tempo, avançar com os projetos de habitação do Monte Pedral e do Monte da Bela com investimento exclusivamente público, abandonando a sua proposta de parceria público-privada. Darei apenas três motivos mas poderia dar 10. Em primeiro lugar, isto permite disponibilizar mais casas a custo justo: 600, em vez das 400 que a Câmara propõe. Em segundo lugar, permitiria a esta Câmara evitar a alienação de cerca de 30% do património que ali será construído e colocá-lo no mercado livre, eventualmente, até a preços especulativos contribuindo para mitigar os efeitos de uma política de habitação. E em terceiro lugar, permitirá praticar rendas mais acessíveis do que aquelas que a Câmara aqui propõe e que são manifestamente, e independentemente daquilo que o Governo legislou, muito acima daquilo que é acessível para grande parte da classe média. E por fim – eu não resisto a dizer isto – permite evitar o mais que provável chumbo do Tribunal de Contas, diria eu, que no caso de Lisboa avaliou um programa semelhante e entendeu que não só não cumpria a lei como trazia sérios prejuízos para o Mu-



nício e nós julgamos que, no final do sexto ano de mandato, do Senhor Presidente da Câmara, nós não temos tempo a perder. É hora da Câmara avançar definitivamente com este programa. E, portanto, quando nós apreciamos estas contas, nós avaliamos, mas deixamos sobretudo o desafio. Em junho cá estaremos para apreciar o orçamento rectificativo e esperamos que a Câmara Municipal do Porto escolha o caminho do bom senso, acolha as propostas do Bloco de Esquerda e que as traga a esta Assembleia”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu dizendo: “Senhor Deputado, há números que são números e foi o Senhor Deputado que citou Lisboa, eu não queria estar a citar Lisboa. Mas já que o Senhor Deputado fala em Lisboa, onde ainda por cima a força política de que faz parte tem responsabilidades, e creio que é mesmo nesta área, gostava apenas de dizer o seguinte: sabe qual foi o investimento que Lisboa fez em habitação social no ano que passou? Sabe? 12,4 milhões de euros, é bom verificar. É o que lá está. Nós fizemos 22 milhões. Se estiverem mal os números, o Senhor fará o favor de me corrigir, foram os números que eu vi. Quanto às 4 mil casas em Lisboa, eu gostava de ir ver onde elas estão. Ainda não vi nenhuma, e como o Senhor Deputado diz, Lisboa ainda por cima teve um problema, porque o Tribunal de Contas parece ter limitado, e o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa tem falado comigo sobre essa matéria porque considerou que aquilo que Lisboa queria fazer era uma parceria público-privada e, portanto, julgo que há aí um problema. Queria também dizer que no país não há uma única estratégia local de habitação que tenha sido até agora aprovada com base na nova legislação, a única que foi apresentada foi a de Lisboa e foi prontamente devolvida pelo IHRU. E porquê? Porque aquilo é um emaranhado e o próprio IHRU não sabe. Perguntando mais uma vez, citando o Dr. Manuel Pizarro, para que é que serve o IHRU? Não conseguimos compreender. Temos alguma dificuldade em compreender. Principalmente não investe um tostão, gasta fortunas, trata mal as casas, trata mal os seus inquilinos, e não está sujeito a escrutínio nas listas de espera, pelo menos não sabemos como é que são. Portanto, nós sobre essa matéria partilhamos a sua preocupação. Eu, de facto, acho que é preciso uma nova política de habitação em Portugal, é preciso há muito tempo, acho que o



Município do Porto aquilo que tem feito continuamente ao longo dos anos – não sou eu que o tenho feito – levou a que o Município do Porto tenha um muito maior envolvimento do que qualquer outro Município em termos percentuais, naturalmente, naquilo que é o seu contributo numa política de habitação. Vai continuar a fazê-lo. Reconheço que há uma falha de mercado. Sabemos que o podemos fazer segundo vários modelos, é evidente que se nós o fizemos pelo modelo que o Senhor defende, como sabe não tenho nada contra o modelo público, o único problema é que teremos uma menor capacidade de em tempo útil fazer aquilo que nós pretendemos fazer. Ou seja: nós poderemos ter aqui um recurso envolvendo privados, sem transferir para eles a propriedade. Essa é a nossa preferência, exatamente porque... agora, se houver formas diferentes, se houver alternativas diferentes, se o Estado Central tiver possibilidade diferente – que não seja os IFRRUs que isso não resolve nada, são fundos de investimento do Estado, não nos interessa nada – nós estaremos dispostos para rever. Nós neste momento aquilo que estamos a fazer, como sabem, em termos do Monte Pedral, é uma alteração ao PDM que vai permitir exatamente que naquele território se possa construir habitação e parece que estamos todos de acordo que é a preferência. Lançamos entretanto um concurso de ideias que está a decorrer, vamos ver também como é que a população diz. Mas, como digo, se houver instrumento financeiro objetivo que nos interesse, nós olharemos para o instrumento financeiro. De facto, têm razão, com o mesmo território com instrumento financeiro, em vez de termos que entregar parte para propriedade e gestão privada, podemos gerir maior em termos públicos. É verdade. Para isso, peço os bons ofícios, para que, por uma vez, seja claro quais são os instrumentos financeiros disponíveis para nova política de habitação. Interessa-nos, por isso, interessa-nos também por causa das ilhas. Também aqui temos andado, como sabe, a apoiar o Governo, mas até agora as ideias são muito boas, a lei, pelos vistos, há aqui algum problema ou alguma dificuldade do IHRU. Nós estamos a preparar também a nossa estratégia local de habitação, mas a de Lisboa ter sido recusada, não é bom sinal. Mas é preciso, Senhor Deputado, que haja aqui um compromisso. As Câmaras Municipais não podem só por si resolver um problema da habitação, nunca o puderam fazer, nunca o puderam fazer e continuam a não poder fazer. E aqui não há meias medidas. Queria-lhe dizer o seguinte, quanto



ao pré-escolar, nós, neste momento, temos a cobertura total da educação pré-escolar e temos vagas, já agora, aviso-o, se quiser informação depois o Vereador Fernando Paulo pode informar, não será propriamente o tema. E sobre as questões fiscais, eu peço desculpa, deixaremos isso com certeza para a discussão do próximo orçamento ou para a revisão orçamental. Eu acho que para discussão do orçamento, como sabem, nós assumimos um compromisso com as forças políticas de começar a discutir as grandes opções do orçamento do próximo ano, mais cedo este ano, iremos fazê-lo antes da minha partida para férias, espero ter férias. E, portanto, essa será uma boa altura para nós pensarmos nas várias estratégias que podemos seguir relativamente àquilo que é a política fiscal, insisto, acreditando nós que tudo aquilo que seja reduções nossas não é para depois aumentarem lá para baixo. Porque isso é que não faz muito sentido, e principalmente na habitação, não faz muito sentido”.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) interveio dizendo: “Apesar do cenário de contas douradas traçado aqui pelo Senhor Presidente da Câmara, eu lamento dizer que estas contas estão longe de merecer por parte do PSD muitos elogios. As contas são agora – e esse é um aspeto positivo – certificadas por auditores, e são preparadas pelos serviços desta Câmara cuja competência é reconhecida. Parece-nos, de facto, que elas não são, nessa medida, minimamente questionáveis, e refletem na nossa opinião, sob o ponto de vista contabilístico, rigor, permitindo acreditar no retrato real da situação financeira descrita neste documento que nos é apresentado. No entanto, antecipo que isso não é o suficiente para merecer o nosso voto favorável. De facto, as contas da Câmara Municipal do Porto, na opinião do PSD, não são boas contas e padecem de dois vícios absolutamente capitais. O primeiro tem que ver, desde logo, com um aspeto sobre o qual temos vindo sucessivamente a chamar a atenção, designadamente no âmbito da reestruturação orgânica da Câmara, mas também nas revisões orçamentais que foram aprovadas no passado, e prende-se com um aumento exponencial das despesas correntes. É aquilo que nós consideramos, já por várias vezes, como um ‘alimentar do monstro’. As despesas correntes aumentaram 8% descontando já os efeitos das transferências da despesa para a Empresa Municipal do Ambiente que passaram de 136.7 para 142 milhões de



euros. São portanto mais de 10.5 milhões de euros do que em 2018. São valores que nos fazem pensar e refletir. São despesas estruturais, despesas que ficam para sempre, de que a Câmara não se pode livrar. E, por isso, reconhecemos a necessidade a que o Senhor Presidente aqui várias vezes se referiu de ter que ser como a formiga e não como a cigarra. De facto com despesas a crescerem desta forma o futuro será sempre sempre pensado de forma mais cinzenta. A isso não é também obviamente alheia a circunstância de ter aumentado, por exemplo, em 4% o número de efetivos da Câmara Municipal do Porto desde o ano passado para este ano. Este é um aspeto negativo que estas contas refletem e que o PSD não pode manifestamente apoiar. Segundo aspeto que nos permite dizer que estas contas não são umas boas contas: é que elas estão longe de refletir o princípio do equilíbrio entre as receitas e as despesas. Pelo contrário. Na nossa opinião, estas contas são ainda mais desequilibradas que as contas de 2017 e, recorde-se que, em 2017, nós dissemos que estas eram as contas mais desequilibradas do milénio, o que era falso, era mentira, em 2018 sim, é que temos as contas mais desequilibradas do milénio. Esta conta de gerência reflete, portanto, o maior desequilíbrio de sempre verificado nessas contas. Os resultados líquidos da Câmara Municipal são de facto positivos, mas o problema é que eles não são apenas positivos, eles têm vindo efetivamente a aumentar, e a aumentar todos os anos. Em 2018 atingiram 36 milhões de euros, quando em 2017 eram de 14, e em 2016 eram de 7 milhões. São, portanto, mais 22 milhões de euros de resultados positivos. O saldo de gerência, ou seja, os depósitos bancários disponíveis mantêm-se com os mesmos valores do ano anterior, basicamente, com uma diferença de 1 milhão de euros ou de 1 milhão e meio de euros, não obstante o pagamento dos 20 milhões de euros de dívidas ou 22 milhões de euros de dívida ao banco da amortização de dívidas ao Banco, o que significa que a dívida líquida do Município se mantém negativa desde 2016. Era de menos 48 milhões em 2017 e passa para menos de 67 milhões em 2018. A dívida de médio e longo prazo é atualmente de 11 milhões e a dívida de curto prazo de 10 milhões. Podemos dizer que a Câmara não tem dívida. O que, naturalmente, torna ainda mais incompreensível a necessidade que havia de amortizar os pagamentos que foram feitos este ano. Isto permite-nos desde logo tirar uma conclusão: é que – e esse é o segundo aspeto fundamental negativo que



apontamos a essas contas – os portuenses pagam manifestamente mais impostos do que é necessário para assegurar que as contas da Câmara Municipal do Porto estejam equilibradas. É uma carga fiscal exageradíssima, é uma carga fiscal que é compatível com os excedentes brutais dos saldos líquidos da Câmara Municipal do Porto. Já aqui ouvi dizer que isto não são impostos, não são pagos pelos portuenses, mas é exatamente isso que aqui está em causa: é que a carga fiscal que aumentou e que permite estes resultados e estes excedentes são efetivamente pagos pelos portuenses. São os portuenses que pagam estes impostos. Pagam-nos em IMT, pagam-nos em IML, pagam-nos em IRS. E, portanto, de facto, estas contas deveriam merecer algum decoro na análise, com o cuidado que se tem para com este nível de excedentes. Desde 2015 a 2018, estamos a falar de mais 50 milhões de euros de impostos. Em 3 anos, portanto, houve um aumento de impostos pagos pelos portuenses de 42%. Só em 2018, o aumento foi na ordem dos 35 milhões de euros. Já contando, é verdade, com as taxas turísticas: foram 27 milhões de euros de impostos, mais 8 milhões de taxa turística. Ou seja, são 25% face aos valores de 2017 para 2018. Não podemos deixar, naturalmente, de, com base nestes valores, recordar aquilo que tem sido e aquilo que foi agora desvalorizado e menosprezado pelo Senhor Presidente da Câmara, que é aquilo que têm sido as propostas do Partido Social Democrata, pelo menos desde o início deste seu mandato e, em particular, deste último mandato, que é a redução não apenas do IML, mas também a redução que propúnhamos e propusemos, sempre propusemos, do IRS. São uma redução do quinhão nos 5% para metade daquilo que a Câmara tem direito no IRS pago pelos portuenses, que permitiria houvesse ou apenas uma redução de 15 milhões das receitas de impostos da Câmara. E isso permitiria, fazendo contas simples, calculando a 200 mil habitantes e para uma família de 4 membros, que pudesse, por ano, haver uma poupança em todas as famílias na ordem dos 300 euros do seu orçamento. Isso mais do que seria compensado, aliás, já é compensado com o aumento, por exemplo, que se fica ao nível do IMT que foi como se sabe um aumento de 17 milhões de euros e que até se prevê em 2019 aumentar ainda, pelo menos, em mais 10 milhões. Exemplos, portanto, que nos permitem dizer que haveria apenas uma redução das receitas para 20 milhões de euros e manteria ainda também uma receita líquida da Câmara: a relação entre os proveitos



e os custos na ordem dos 20 milhões de euros. Isto são valores que são perfeitamente razoáveis, que a Câmara poderia perfeitamente acomodar e que poderia, de facto, beneficiar. Porque, das duas uma: ou, de facto, a Câmara investe – e já vimos que a Câmara demonstra uma incapacidade para investir na cidade compatível com os saldos que tem – ou, então, outra forma de conseguir aumentar o equilíbrio das contas da Câmara seria, naturalmente, baixando o nível de impostos. Vou terminar apenas com uma referência relativamente à intervenção do Senhor Presidente. Aliás, duas. Diz o Senhor Presidente que, e aliás, isso é uma das razões porque aumentaram também, porque houve um aumento das despesas da Câmara que, se revela hoje que a internalização, por exemplo, dos serviços de recolha do lixo, se revela hoje bem mais económica e mais eficiente que no passado. Ora, as contas que nós fazemos, lamento dizer Senhor Presidente, é que, há aqui pelo menos cerca de 4 milhões de euros por justificar. De facto, aquilo que nós, da análise das contas que nós fazemos, é de que houve um aumento do subsídio na ordem dos 6 milhões de euros à Empresa Municipal do Ambiente, que houve uma redução dos proveitos na ordem dos 10 milhões e apenas uma redução da despesa na ordem dos 13 milhões. E, portanto, entre aquilo que a Câmara deixou de receber e aquilo que transferiu, há, de facto, uma diferença de cerca de 4 milhões de euros. Das duas uma: ou, de facto, a Empresa Municipal do Ambiente tem um lucro de 4 milhões de euros, ou, de facto, a consolidação e a internalização destes serviços está ao contrário do augurado aqui pela sua bancada está a revelar-se negativa e com prejuízo para o Município. Uma outra referência também para dizer, Senhor Presidente, que, ao contrário do que hoje o Senhor Presidente disse, em matéria de economia e emprego a taxa de execução desta Câmara é a mais baixa de todos os outros componentes, daqueles três vetores estratégicos, a economia e o emprego têm uma taxa de execução muito mais baixa que os outros; o baixíssimo nível de investimento em matéria de mobilidade e da taxa de execução e também finalmente que, ao contrário do que o Senhor Presidente diz, não se estancou a redução de habitantes na cidade do Porto. Em 2013 existiam 218 mil eleitores, em 2016, um bocadinho mais à frente, 214 mil em 2017, 213 mil e agora em 2018 já há apenas 211 mil. Há, portanto, continua a haver uma sangria da população residente na



cidade do Porto com reflexos evidentes também, por exemplo, nas transferências dos FFFs que o Senhor Presidente há bocadinho aqui referiu. Com base nesta análise que fazemos, como disse, não podemos votar favoravelmente estas contas e iremos em conformidade com o nosso juízo sobre a bondade do retrato financeiro que aqui é feito, iremos, o PSD, ir-se-á abster”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu: “Senhor Deputado, eu vou resistir a falar no passado. Mas queria-lhe dizer o seguinte: entre 2001 e 2013 a Câmara Municipal do Porto nunca baixou IRS. É verdade que houve anos difíceis. Nem baixou IRS, nem baixou IMI. Durante esses anos, alguns anos maravilhosos, porque até 2007 vivia-se um tempo maravilhoso, também a Câmara poderia ter mantido os níveis de endividamento, como o Senhor propõe que nós mantivéssemos, podia ter reduzido os impostos, não me recordo, devo estar esquecido, mas não me recordo. O que me recordo foi de cá chegar em 2013 e o IMI era 0,4%, foi anunciado que iria baixar quando nós que chegássemos, isso obrigado, eu também posso antes de ir embora, digo assim, o IMI vai baixar para zero, claro! Agora enquanto cá estiver, não me lembro. Também não baixaram o IRS, portanto, eu peço desculpa, mas recomendar aos outros a receita que nós não gostamos, é uma coisa que a mim me faz um bocadinho de impressão por parte do PSD, mas pronto, a gente há-de entender. Também não consigo perceber a nível do investimento, acho que já mostrei os mapas. E, portanto, acho que não tenho grande necessidade e porque eu gostaria muito de não ter que falar no passado, mas às vezes, é preciso ter um bocadinho de memória. Mas há muito mais coisas que me importam dizer. Em primeiro lugar: diz o Senhor que a despesa corrente aumentou, quanto foi? É que eu vou dizer-lhe: aumentou 2,4%. Então eu vou dar-lhe os números da despesa, da variação da despesa. Peço desculpa, está aqui, está nos mapas, se o Senhor dúvida então vote contra, então diga que não acredita nas contas, diga que não acredita. É que a despesa corrente executada foi de 140 milhões de euros, o que é um aumento de 2,4%. A despesa total, foi de 228, aumentou 19%, despesa com aquisição de bens e serviços reduziu em 19,7%. A despesa de capital aumentou 60.1% e o investimento aumentou 42.1%. Que o Senhor diga que não gosta ou que acha mal, diga. Agora, peço desculpa, se não duvida das contas,



estas são as contas, isto aliás, este mapa foi-me agora mesmo entregue pelo Senhor Diretor Municipal porque eu fiquei um bocado perplexo, não sabia onde é que o Senhor leu os números. Queria dizer-lhe também o seguinte: eu não queria, não queria muito falar consigo de limpeza urbana e acho que nós não devíamos falar os dois de limpeza urbana, mas como introduziu o tema, quero dizer o seguinte: dados de 2016, o custo total da operação foi de 22 milhões de euros e nós cobramos 10 milhões. Ou seja, houve um défice de 12 milhões, foi quanto custou à Câmara, o défice foi 12 milhões. Agora, com a Empresa a gerir tudo, aquilo que a Câmara transfere para a Empresa são 6 milhões. Esta é a realidade. Compreendo que haja quem não goste, compreendo que estamos apenas a fazer aquilo que nós dissemos que íamos fazer. Mas estes são os números. E se quiserem, auditem-nos. Verificou-se, assim, que a forma como a contratação tinha sido feita, certamente feita com a melhor das intenções, tinha levado a que com o acréscimo de quantidades, a Câmara estava a pagar um sobrecusto. Esta era a realidade e, portanto, nós entendemos fazer o modelo que entendemos fazer. Poderão dizer agora se está melhor, se está pior, isso são fatores subjetivos. Eu, por acaso, não acho que esteja pior, acho que tivemos um problema e sinceramente acho que está melhor. E, principalmente, há coisas que nós estamos a fazer que não conseguíamos fazer fazendo *outsourcing* que é insistir, insistir na reciclagem. Insistir nisso que é fundamental, e isso é melhor feito por uma Empresa, que não tem que fazer a conta ao tostão nesta matéria, porque, ou seja, que faz mais investimento nesta matéria. Agora não me venham é falar de custos, porque isso não, tenham paciência. Porque, de facto, nós conseguimos verificar o seguinte: aquilo que era a opinião de algumas forças políticas que nos tinham manifestado isso no passado, era verdade. A Câmara Municipal do Porto estava manifestamente a pagar um sobrecusto pela recolha e limpeza. É indiscutível. Há coisas que não podem ser discutidas. Perguntar-me-á assim 'mas isso foi má gestão na altura?' Não, foi a opção que foi feita, se calhar na altura, pelas quantidades que foram feitas, foi como foi feito, foi o concurso que foi feito. A verdade é que, passados estes tempos, se calhar, o material é mais barato, se calhar a mão-de-obra ganha menos, não sei bem, não tenho a certeza, o que é facto, é que se conseguiu fazer mais barato e queria felicitar o



meu Vice-Presidente, Filipe Araújo, que sempre acreditou nisto, e que nunca negou isto. E também é verdade que nós, em termos da limpeza, fizemos um contrato de prestação de serviços e não fizemos por um prazo muito grande, sabe porquê? Porque virá um novo Executivo, nós estamos a tentar naquilo que podemos, não comprometer a Câmara, para além daquilo que é o limite dos mandatos. Limitamos por um ano porque é normal, quem cá chegar precisa de um tempo para ajustar, porque o que nós não queremos com certeza, é que aconteça a quem vier aí o que nos aconteceu a nós: nós levamos com um contrato de concessão até ao fim do nosso mandato anterior praticamente, isso nós não queremos, isso nós não vamos fazer. Portanto, vamos sempre a tempo de mudar, quem vier a seguir de nós pode lançar outra vez um contrato de concessão, só peço que nessa altura, tenham cuidado nas cláusulas e principalmente nas fórmulas do contrato. O contrato que nós encontramos aqui era um contrato que representava um sobrecusto para a Câmara Municipal do Porto. Isso foi aqui assinalado várias vezes por outras forças políticas. Eu durante muito tempo recusei-me sequer a discutir o assunto, dizendo sempre 'eu respeito as decisões que foram tomadas anteriormente e não devemos agora, conhecendo agora a história, refazer agora a história para trás' nem a quero fazer. Tenho a certeza pelas pessoas que cá estavam que eram pessoas muito sérias, que merecem toda a consideração, que tomaram a decisão que acharam melhor. Agora, de facto, nós se tivéssemos podido resolver o assunto mais depressa, já pensaram bem o que é que tínhamos poupado? Esta é a verdade, Senhor Deputado, e peço desculpa, não vale a pena nós nesta matéria termos duas opiniões, porque não há opiniões, são números. Há coisas... que diga que está mais bem limpo ou menos limpo ou que nós temos mais ervas, porque não usamos os herbicidas que são perigosos, podemos discutir tudo, agora dizer que estamos a gastar mais, isso peço desculpa, não se verifica, não estamos, estamos a gastar menos, estamos a internalizar, estamos a formar trabalhadores da Câmara, vamos fazer proximamente novos investimentos em camiões, vamos melhorar. Vocês vêm que o equipamento que está disponibilizado na cidade é diferente, já tem um aspeto diferente, tem uma funcionalidade diferente e acreditamos que isso é um fator civilizacional nós podermos, na recolha, garantir que os cidadãos estão mobilizados, que os trabalhadores estão mobilizados para separarmos aquilo que



podemos separar. E, portanto, essa foi uma opção política, nós também dissemos ao que vínhamos, nós não escondemos nessa matéria ao que vínhamos, dissemos claramente o que queríamos fazer. E a verdade é que aquilo que era dito por outras forças políticas que não por nós, tínhamos feito contas quando cá chegámos, ainda não conhecíamos a casa é que, de facto, se estava a pagar de mais e agora não pagamos de mais. Pagamos, pelo menos, pagamos a nós próprios que é uma grande vantagem e aquilo que pagamos fora: olhe, quando formos embora, não há problema, nós não faremos para além dos mandatos nessa matéria, porque nós não temos nenhuma aversão aos privados. Os privados podem contribuir. O que entendemos é que nesta matéria é melhor contrato de prestação de serviço. Há áreas, com certeza, em que nós admitimos que haja concessões, mas nas concessões é quando nos pagam a nós. Concessões em que nós pagamos, eu não gosto, gosto mais de concessões em que pagam a mim. Nos outros casos, prefiro prestação de serviços, este... eu também disse sempre, peço desculpa, e isto foi referendado há um ano e meio porque votaram em mim, peço desculpa, de invocar isto. Mas eu na altura disse isto, isto ficou absolutamente claro, ficou absolutamente claro que essa era a nossa opção política e cumpro-la. É um pensamento que nós temos, foi isto que eu sempre disse, nós não entendemos que haja concessões em que se paga. Em que nós somos o concedente e pagamos ao concessionário. Acreditamos, ao contrário, na prestação de serviços, é isso que estamos a fazer e na internalização naquilo em que nós acreditamos que a Câmara pode fazer isto melhor, principalmente porquê? Porque o setor privado é muito bom quando há concorrência e aqui não há concorrência, não havia concorrência. O concurso da maneira que foi lançado não promovia a concorrência e nós não sabíamos como a fazer. Eu não sabia, não sabíamos como a fazer. Essa matéria é das matérias em que eu lhe digo, temos uma divergência de fundo com o PSD, é verdade. Os Senhores governaram a cidade enquanto governaram tiveram as vossas opções e eu respeito. Agora, somos nós a governar a cidade, nós vamos governar enquanto cá estivermos vamos governar assim. Peço desculpa se, nesta matéria, nós não temos grande diálogo como anteriormente foi feito, a gente pode dialogar e ouvir e ouvimos, mas há um momento para dialogar, há um momento para ouvir e há um momento para decidir e para mudar. Quando alguém cá chegar a seguir a nós,



com certeza, que vai mudar muita coisa e vai fazer melhor. E, nessa altura, não vai ter que dialogar comigo nem com quem cá estiver... O diálogo é ouvir, nós podemos ouvir, mas há um momento em que é o momento de decidir e nesta matéria tenho a certeza que aquilo que foi feito em matéria do lixo, este assunto foi muito discutido no anterior mandato. Este assunto foi muito discutido. Pode-se discutir se esteve pior no princípio, se houve dificuldades, que nós reconhecemos, se houve adaptações, todas essas eu reconheci, não tenho problema. Admito até que aqui e ali possa haver falhas. Agora não me venham é com o preço, peço desculpa”.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) referiu: “Quando nós analisamos uma conta de gerência – e eu, enfim, em quase 40 anos de exercício de funções autárquicas já analisei muitas – gosto pouco de discutir números. Claro que temos que dar alguns números, porque isto é prestação de contas, mas o que importa aqui é discutir qual é a política da cidade, quais são as grandes linhas de orientação da cidade, e se estão bem, ou se estão mal. Embora, se tenha que ver até que ponto se executa, ou não, o que estava previsto, eu queria começar por dizer o seguinte: esta conta de gerência que estamos a analisar refere-se ao orçamento do primeiro ano deste mandato. E convém fazer um balanço. Há um ano eu fiz aqui o balanço do fim do mandato anterior – já não interessa muito para aqui até porque o tempo não é muito – e recorde-me de ter dito que o Senhor Presidente falhou cinco ou seis grandes bandeiras que tinha nesse mandato: falharam todas. O Bolhão, o Rosa Mota, o Terminal Rodoviário, o Mata-douro, a Biblioteca, a revisão do PDM, a única coisa que não falhou foi a política cultural da cidade. E também não era difícil fazer muito melhor, porque o Presidente de Câmara anterior dizia quando lhe falavam de Cultura puxava logo da máquina de calcular; disse isso uma vez aqui na Assembleia Municipal. E o que queria dizer, Senhor Presidente, era o seguinte: falou-se aqui muito da questão da carga fiscal, dos impostos. Há aqui alguns partidos que só falam de baixar os impostos e eu não estou nada preocupado com isso. Os Senhores já repararam que o IMI da Câmara do Porto é o mais baixo, não é igual, é muito mais baixo que as Câmaras do grande Porto. Gondomar, Maia, Matosinhos, Gaia é muito mais alto. Nenhum deles tem 3,2, nenhum. 3,8, 4,3, são todos muito mais altos.



E nós este ano propusemos que para quem é proprietário da sua própria casa e reside na casa baixasse 10% e baixou, ou vai baixar ou baixou já. Portanto, de facto, o que é preciso é que esse dinheiro seja bem aplicado, esse é que é o problema, porque quando aqui a gente fala do investimento, há bom investimento e mau investimento. Se fizer muito investimento e mau investimento, não vimos aqui dizer que é mau. Quando eu aqui digo que não me importo de gastar dinheiro público, desde que seja bem gasto, a bancada da direita às vezes ri-se, mas não me importo desde que seja bem gasto, dinheiro público é para gastar. Eu critiquei aqui muitas vezes que em 2014 tenha havido um excedente orçamental de 54 milhões, em 2015 de 50, em 2016 de 66 e em 2017 de 90. Agora são só 34, 35, também é muito. E só não é maior porque a Câmara amortizou o empréstimo próximo do final do ano para não chegar aqui com 50 milhões. Mas foi melhor amortizar – paga menos juros – do que sobrares 50 milhões, ou 60 milhões, isso é verdade. Mas não digo que fosse uma habilidade porque de facto pagou uma coisa que devia, amortizou. Mas a questão é esta: eu acho que, na verdade, esta conta prova uma coisa. Prova que era possível em 2018 ter aceite algumas das propostas que fizemos, e que não foram aceites, e que, por isso mesmo, nos obrigaram votar contra o orçamento. Nós votamos contra o orçamento de 2018 e se o orçamento de 2018, em vez de ter sido aquilo que foi, fosse aquilo que nós propúnhamos, a conta não era esta, era outra. Porque as contas refletiam um orçamento, um outro orçamento. Portanto, eu não percebo como é que há forças políticas que votam a favor do orçamento e depois as contas não votam, ou votam contra o orçamento e depois a favor das contas, não é assim, as contas são estas, o orçamento é o que foi. E nós não quisemos aquele orçamento e, por isso, votamos contra ele. E explicámos porquê. Esta conta comprova que era possível em 2018 ter acolhido um conjunto de propostas que nós na altura fizemos e que agora algumas delas até insistimos e, por isso, é que desta vez até nem votamos contra, abstivemo-nos, porque de facto, é possível fazermos um orçamento melhor. Esta Câmara tem uma situação desafiada, é uma Câmara que tem possibilidades, que pode investir e nós temos tanto onde investir aqui no Porto. Agora que estamos a falar de investimento da Câmara também ouço aqui muitos partidos a dizer que é preciso construir habitação. Meus Caros, isso é uma competência do Estado, da Administração Central,



nós não podemos gastar dinheiro na Câmara naquilo que compete ao Estado. É claro, que poderão dizer, mas as Câmaras não são privadas, também são uma parte do Estado. Eu não digo que a Câmara não pague nada, deve pagar. Mas o Estado é que deve dar o pontapé de saída, tem que dizer 'há aqui um projeto, há aqui um programa, que tem não sei quantos milhões, digam lá onde é que querem construir e que terrenos e que têm, que projetos é que têm, e nós pagamos 70 ou 80%'. E nós depois pagamos 10 ou 15 ou 20, e damos o terreno. Agora é preciso que o Estado dê o pontapé de saída. Quando o Estado tem um orçamento de 40 milhões de euros para construir habitação social, mas para que é que isso serve? Nem para o Porto chega. Portanto, a questão de fundo é esta. A Câmara tem o dever, na minha opinião e na opinião da CDU, de reabilitar e dar condições de conforto às 20 mil, 50 mil, que vivem nos bairros sociais, 13 mil casas, 50 mil pessoas, 40 ou 50 mil. A essas é que tem que dar boas condições porque a Câmara é proprietária das casas. Não é só reabilitar o edificado – já aqui disse várias vezes – é preciso reabilitar o edificado e dar condições a quem lá vive. Construir equipamentos sociais nos bairros, construir os jardins, reabilitar os jardins, fazer espaços de estacionamento, porque hoje toda a gente tem carro e na altura não tinha. Portanto, isso é que é construir e reabilitar aquilo que é seu. A Câmara do Porto com 13 mil casas é a maior Câmara do país. É evidente que a Câmara de Lisboa tem 25 mil, mas se atendermos à quantidade de população, a Câmara do Porto é que tem mais. E, portanto, nós já temos muita habitação social, mas não precisamos de mais? Precisamos. Mas o Governo é que tem que dar o pontapé de saída, não é Câmara. A Câmara tem que investir naquilo que é da sua competência. Eu até tenho muitas dúvidas, no Monte Pedral, muitas dúvidas, porque acho que ou há dinheiro do Estado... Mas, enfim, isso é para outra ocasião, que isto até já foi aprovado na Câmara. A questão é esta, eu acho que é possível, há passos positivos que esta Câmara tem vindo a dar. O Senhor Presidente falou há bocado da recolha do lixo, isto é um problema político de fundo, não há nenhum orçamento e nenhuma conta de gerência, onda a gente não tenha que insistir na questão da concessão do lixo. Quando foi concessionada a privados, metade da cidade, foi só metade, eu disse aqui isto várias vezes, a diferença entre aquilo que foi à Câmara, quando aquilo se iniciou e aquilo que se gastou nos primeiros quatro anos, foram mais 55 milhões, mais, não se



gastaram 55 milhões, foi acima do que estava previsto. E sabem porquê? Isso eu aqui não posso dizer, nós tínhamos aqui um Vereador do Ambiente que saiu e deixou um estudo para que se atribuisse aos privados a outra metade. E quando veio esse estudo, o Dr. Vladimiro Feliz que era Vice-Presidente da Câmara do Dr. Rui Rio disse 'isto fica muito mais caro do que feito por nós, não pode ser' naquela altura. Nós dissemos isso sempre, e dissemos também a esta Câmara várias vezes, isto fica muito mais caro concessionado a privados. E eu recordo-me que na altura em que foi concessionado a privados, durante meses, um ano, talvez até mais, deixou-se degradar a limpeza do Porto, disse isto aqui várias vezes, deixou-se degradar para justificar a entrega aos privados. Foi esse o objetivo. Aliás, em relação à questão do Aleixo meteu-se para lá a malta toda, os toxicodependentes, para que aquilo desse no que deu. Como se sabe o Bairro do Aleixo quando foi criado não foi habitação social. Aquele bairro não era habitação social, foi ocupado depois, por gente do Barredo. Portanto, a questão é esta: às vezes, fazem-se coisas para que justifique depois uma decisão que é má, é má para a cidade é má para os portuenses. O Senhor Presidente há bocado disse que não queria falar do passado, mas disse que o Presidente de Câmara anterior nunca reduziu impostos. Sabe, Senhor Presidente, mas reduziu muito, muito, muito o património da Câmara. É por isso que não davam o inventário aqui ao José Castro. É que se venderam muitos terrenos da Câmara, e hoje passamos lá, e pensamos que aquilo é da Câmara, e já não é, mas já foi, não é. Agora é do Fundo Porto Novo. Eu acho que a Câmara tinha dinheiro e tem dinheiro para fazer muitas coisas e por exemplo, uma delas era deixar acabar o Fundo do Aleixo porque aquilo é possível, já esteve quase. Só não foi porque a Câmara meteu lá dinheiro, tirou a quinta, mas, deu a quinta por mais do que tinha lá posto... mas, por exemplo, ficar novamente com o dinheiro daquele fundo e outros porque é uma pena a gente passar hoje em alguns sítios que sabe que aquilo que era da Câmara Municipal e hoje não é. Hoje pagamos renda para ter aquilo. E, portanto, há muita coisa que esta Câmara pode fazer. Se nós estivessemos contra o orçamento – e esta conta reflete esse orçamento – é impossível ter outra votação que não seja votar contra. Senão era uma incoerência. Estas contas são estas, porque refletem o orçamento ao qual nós nos opusemos. Isso é claro como a água. Nós vamos votar contra as contas, como é evidente. Agora,



há de facto alguns avanços. Há obras que o Senhor Presidente propôs em 2013, não fez, mas como também aqui disse, se o Senhor for eleito em outubro, se calhar faz no próximo mandato e vai fazer, aliás a do Bolhão está se a fazer, penso que a do Matadouro, que é absolutamente fundamental, se vai fazer, a Rosa Mota, enfim, está quase pronto, embora com uma solução que não era a que nós queríamos, mas, apesar de tudo, é melhor do que aquela que se pretendia antes. Portanto, há uma série de coisas que se vão fazer neste mandato e eu percebo que, embora no calor da campanha eleitoral se tenha prometido em 2013, percebo que para preparar aquele tipo de obras é preciso algum tempo. E, portanto, não se fizeram no primeiro mandato, espero que se façam no segundo. Mas nós temos que ver agora o que se vai passar neste ano de 2019 porque também pode haver um orçamento que seja um bom orçamento e que depois se façam alterações e o mutilem e depois a conta de gerência já reflete um orçamento... Peço desculpa... 10 minutos passam muito depressa, não sei como é que, às vezes se consegue falar no Parlamento Europeu 2 minutos e 3 minutos, não se diz nada. Peço desculpa, Senhor Presidente. É só para dizer que realmente há uma evolução neste ano de 2019, isto ainda é conta de 2018, reflete um orçamento com o qual nós não estivemos de acordo. E, portanto, por razões que já procurei explicar vamos votar contra".

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu: "Nós, relativamente à questão da habitação, concordamos. Eu queria também dizer o seguinte, nós, neste momento, estamos num momento em que olhamos para Monte Pedral e Monte da Bela, e estamos a olhar em conjunto. Isso obedece a uma estratégia e é uma estratégia que a nós nos parece a mais coerente. Fazer em Monte da Bela aquilo que já temos programado e deixar o Monte Pedral esperar também um pouco para perceber o que é que as pessoas nos vão propor... dialogar com a cidade, afinal. Se os partidos que apoiam o Governo entendem que nós não devemos recorrer aqui aos privados, eu permito-me propor uma coisa: convençam o IHRU a fazer connosco. Nós oferecemos o terreno ao IHRU, por 50 anos e o IHRU põe lá habitação, constrói, e faz lá habitação a preço acessível e dali recolhe as suas rendas, entregando-nos a nós, metade, um terço da habitação para nós lá fazermos o que queremos e também faremos a habitação



a preço acessível. Parece uma boa solução. E, assim, temos o problema resolvido e podemos, de facto, baixar impostos e podemos fazer uma data de coisas; oihe, até podemos baixar 1%, nesse caso, ao IRS. É o Estado que faz o investimento que lhe compete. Parece-me que essa é uma medida, que seria de recomendarem ao Governo fazer, já que o Governo sabe fazer melhor do que nós, já que está a fazer em Lisboa não sei quantas mil casas, faça. Nós damos terreno, cedemos nós o terreno. Porque, de facto, como diz o Senhor Deputado e muito bem, há uma coisa que é verdade. Neste momento a cidade do Porto tem comprometido sucessivamente, ao longo de mandatos sucessivos, uma parte muito significativa da sua receita para aquilo que é a função social da habitação, chamemos-lhe assim, para a função social da habitação, enquanto outros Municípios não o têm feito. Portanto, talvez seja altura de nós dizemos assim 'agora, nós tratamos do que é nosso, querem construir, nós disponibilizamos terrenos, façam, estão aqui, façam, têm recursos'... falta fazer investimento, dizem que há pouco investimento, não sabem onde hão-de fazer, façam aqui, talvez seja essa altura e então claro, se assim for, aí estou de acordo. Então aí se podem ter políticas municipais de redução significativa de impostos, porquê? Porque sabemos que não vamos ter esse compromisso e não vamos ter essa obrigação. Agora sejamos coerentes. Escolha-se o que se quer. Então fazemos louros ao Estado, fazemos ali já uma estátua ao IHRU. Agora faça-se isso. Sejam coerentes. Digam assim 'o Estado que está a dizer que há 2% de habitação social em Portugal, nós temos 13%, que diz que os outros Municípios que têm que investir', façam aqui também algum investimentosinho de vez em quando, pronto e resolve-se, somos generosos, trarei a reunião de Executivo. E trarei à Assembleia Municipal, dizer assim, a partir de agora, a Câmara Municipal do Porto todos os terrenos expectantes que tem disponibiliza-os e façam a renda acessível. E mudem depois a lei da renda acessível. Depois peçam à Arquiteta Helena Roseta para mudar o cálculo quando lhe apetecer, para fazer o melhor cálculo possível, nós não temos problema. Sejam, por uma vez, absolutamente nesta matéria, coerentes. O Município do Porto, os Municípios do Porto, aqueles que pagam impostos na cidade do Porto, pagam um peso muito elevado por uma política que devia ser uma política, de acordo com o que está na Constituição, devia ser o Estado Central. E não vale a pena chegarmos aqui no 25 de abril e andarmos



a dar loas à Constituição e esquecemo-nos daquilo que está lá. E a Câmara, a meu ver, já contribui muito. Eu, por acaso, acho que é melhor. E aqui isto é um pouco para o Bloco de Esquerda: se for preciso, como isto não vai acontecer, porque eu não acredito na Alice no País das Maravilhas, isso seria o País das Maravilhas... Como não acredito, compreenderão que nós, não querendo alienar a privados, tenhamos que recorrer a privados para conseguir chegar ao designio a que nos propusemos”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, informou que, dado o adiantado da hora, se terminaria a discussão do ponto atual, sendo agendada continuação desta Sessão Ordinária para o dia 6 de maio de 2019, seguida de uma Sessão Extraordinária.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) fez a seguinte intervenção:

“Face aos documentos disponibilizados gostaríamos de perceber melhor a taxa de execução das rubricas Juventude e Novas Gerações, 36%, e a da Inovação, 60%, uma vez que a do Urbanismo e da Habitação, 63%, já foi explicada. Portanto, avançamos esse pedido. Sobre as obras realizadas da cidade, voltamos aqui a trazer a nossa preocupação com a demora na habitação a custos controlados face às necessidades existentes da população. Preocupa-nos também a forma como estão a ser feitas as intervenções nalguns bairros municipais. Trata-se de um investimento municipal da maior importância que a exemplo de tantos outros nesta área afigura-se emergente e merecedor das melhores práticas aplicáveis por parte da edilidade. A título de exemplo, confrontamo-nos com a reconstrução de alguns dos edifícios do Bairro São João de Deus de forma pouco harmoniosa para os seus moradores. Tais alterações, ao que nos disseram e ao que pudemos confirmar no local, iriam quebrar a interligação e a interação entre os vizinhos, pois isolou-se cada um deles, não existindo pátios. Não havia igualmente mediação entre o espaço público e o espaço privado. Como se compreende num Bairro com estas características socioculturais, tal traçado leva a apropriações de espaço de acordo com a musculatura de cada um dos moradores potenciando, deste modo, conflitos. Trazemos também aqui a nossa preocupação com o que diz respeito às condições de várias áreas da cidade para quem



circula de bicicleta e a pé ou com recurso a outros modos de circulação suaves. Áreas a que dedicamos igualmente a nossa maior atenção e que acreditamos poderem fazer a diferença para a qualidade de vida dos portuenses bem como para o seu bem-estar integral. Por fim, resta-nos dizer que em matéria animal teria sido positivo que a Câmara Municipal do Porto tivesse recorrido à verba nacional para as políticas de esterilização dos gatos que vivem na cidade e que são cuidados pelos nossos portuenses, ficando este aspeto aquém daquilo que seria a nossa expectativa nesta matéria. Vendo agora o copo meio cheio, no relatório de prestação de contas de 2018, é possível encontrar uma série de iniciativas de políticas e obras bastante positivas para a cidade. Parece-nos haver um claro equilíbrio nas contas e uma redução da dívida decorrentes da concretização deste orçamento municipal, o que nos levará a votar favoravelmente”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, deu a seguinte resposta: “Senhora Deputada relativamente à questão da Juventude o Plano Municipal da Juventude foi aprovado tardiamente e, portanto, não foi possível implementar aquilo que queremos implementar. Espero que este ano a taxa de execução seja significativamente melhor. Queria-me deter mais naquilo que diz relativamente à questão da reabilitação nos Bairros, no Bairro São João de Deus, em particular. A escolha que foi feita e foi aprovada pelo Senhor Vereador Manuel Pizarro entregando a um grande Arquiteto, o Arquiteto Nuno Brandão, que é um grande Arquiteto com trabalho premiado nessa matéria, foi amplamente discutida com os moradores que lá ficaram, como sabe, até temporariamente, e depois definitivamente. Na verdade, é que nós depois rapidamente verificamos, que, se calhar, a forma como o assunto foi tratado... é muito difícil, eu vou tentar explicar e sem parecer paternalista. Quando se chega ao pé de moradores e se lhes mostra um projeto ou se lhes mostra até uma imagem ou se lhes mostra até às vezes uma maquete, as pessoas tendencialmente acham bem e não conseguem perceber quais são depois as dificuldades que se colocam quando têm que lá viver em tamanho natural. Essa é a razão pela qual, como sabe, tivermos que fazer alterações nas casas relativamente à localização das casas de banho. E aos próprios pátios. Tinham um conjunto de redes de galinheiro, o Arquiteto não queria fazer as alterações, tivemos muitas dificuldades para convencer o



Arquiteto, que é um excelente Arquiteto, repito, está a fazer o nosso Terminal Intermodal, ganhou o concurso. Mas, de facto, muitas vezes falta aqui alguma capacidade da nossa parte nestas intervenções desta natureza, principalmente quando envolvem espaço público, em explicar, em arbitrar aquilo que é a sensibilidade, naturalmente, dos Arquitetos e a qualidade do projeto e a vivência que as pessoas precisam. Reconheço que quando lá vou e sabe que lá vou porque as pessoas com certeza que lhe disseram que eu de facto ouço por vezes reclamações que a mim me entristecem. Porque penso assim 'isto podia-se ter resolvido de outra maneira' nesta relação exatamente de convívio nos espaços, acho que melhoramos alguma coisa. Mas, de facto tem razão, não acho que o modelo, sendo lindo, porque aquilo é muito bonito, acho que vai ganhar prémios de Arquitetura. Mas às vezes aquilo que ganha prémios de arquitetura não ganha o amor dos moradores que imaginavam ali mais um convívio, mais de aldeia, que era a forma como eles estavam habituados a viver, até porque nós os mantivemos todos juntos. Naturalmente, se tivessem ido para lá pessoas salteadas, uns de um lado, outros de outro, com menos hábitos de convívio entre eles, isto não se tinha passado. As pessoas se calhar, até preferiam assim, o problema é que ali se podia ter construído um maior espírito comunitário que não se conseguiu construir. Acho que a escolha do Arquiteto foi boa. Acho que ouviu as pessoas. O Dr. Manuel Pizarro fartou-se de as ouvir eu assistia a conversas com as pessoas. Mas depois o resultado final, não correu bem. Estou de acordo.”.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) disse: “Só para dizer duas coisas fundamentais. Em primeiro lugar: é sucessivamente comparado e trazido à discussão o mandato do Dr. Rui Rio. Não fui Deputado na altura, como algumas pessoas que agora apoiam o Dr. Rui Moreira e tinham obrigação de saber aspetos fundamentais. É que a realidade económico-financeira que a Câmara do Dr. Rui Rio encontrou é completamente diferente da atual, completamente diferente. Era uma Câmara falida, era uma Câmara com despesas que tinha que assumir as despesas do Euro, tinha que assumir as despesas do Porto Capital da Cultura e, portanto, são realidades absolutamente incomparáveis. Segundo aspeto: também são realidades incomparáveis a questão dos contratos de concessão. É evidente que os contratos de concessão celebrados em 2010 são



completamente diferentes daqueles que estão a ser celebrados depois dessa data, designadamente, nos últimos anos. E em matéria de contratos de concessão dos lixos, aquilo que eu comparei foi a despesa de 2017 com 2018 e o relatório e contas é claro: há, de facto, um agravamento dos custos em 2017, 2018 de 4 milhões de euros. Estou à vontade para o dizer porque estão aqui nas contas e isso está refletido. Finalmente, uma última nota para dizer também relativamente à questão do IRS que o IRS em Lisboa é 2.5, em Braga, em Viseu, na área Metropolitana do Porto, em 130 concelhos do país que não têm seguramente os excedentes orçamentais e os resultados líquidos que esta Câmara tem. E, portanto, é uma questão, de facto ideológica, aquela que nos separa, Senhor Presidente”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu: “A diferença ideológica que nos separa, provavelmente, Senhor Deputado, era a que o separava na altura do Dr. Rui Rio quando fazia campanha com o Dr. Luís Filipe Menezes. A verdade que eu lhe digo, essa sim, havia de facto, essa sim, havia de facto, essa sim, havia de facto. Quanto à questão da recolha do lixo, peço desculpa, os seus números não são verdadeiros. E, portanto, nós não teremos problema na próxima Assembleia Municipal entregar um documento comparativo com a análise em que tem as receitas e tem os custos, porque não é assim, está mal e aquilo que eu digo se mantém. Quanto àquilo que cada um de nós encontrou: cada um de nós encontrou desertos e cada um de nós encontrou oásis. Eu também encontrei alguns oásis e também encontrei alguns desertos. Isso é a natureza da coisa. A verdade, verdadinha, é que dos doze anos não acredito que tenha sido sempre tudo mal, não acredito”.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) fez a seguinte intervenção: “Há já relativamente pouco para dizer. Mas eu não ficaria bem com a minha consciência se não viesse aqui deixar a nossa apreciação sobre estas contas, em alguns traços, a grosso, e pegando em cinco matérias. A primeira matéria tem a ver com os principais destaques destas contas. É de política que falamos, não vamos falar economês, eu não tenho nenhum jeito para isso, é de política que vamos



falar. E é de política que falamos quando dizemos que temos 115,8% de taxa de execução de receita. É de política que falamos quando afirmamos que a taxa de execução da despesa é de 84,2. É ainda de política que falamos quando temos um aumento do investimento de 42,1% induzido em grande parte por 25,5 milhões de investimento em habitação municipal. Isto é de política, não é de números só que estamos a falar, porquê? Porque, ao contrário do que acontece em muitas Câmaras por esse país, lideradas por representantes de outros tantos partidos que aqui estão, em que é normal que haja um empolar da receita para autorizar despesa que depois não se tem dinheiro para pagar porque a receita não se verifica. Esta é uma prática que nesta casa com estas pessoas, com a nossa gente isso não há. Isso não há. A segunda nota tem a ver com uma execução por objetivos. Como disse o Presidente, quando fomos eleitos, ele em particular, que é a liderança deste projeto político na cidade do Porto, disse ao que vinha e traçou as suas bandeiras. E se olharmos às bandeiras, uma por uma, vamos ver que na Coesão e Ação Social, temos um aumento de 16,2%. Se formos à Cultura, temos um aumento de 9,6%. Se formos ao Urbanismo e Reabilitação Urbana temos 450% de aumento relativamente ao exercício passado. Se formos à Segurança, temos 66,6% de aumento. Temos um *overall* de 19,0% de aumento. Terceira nota que tem que ver com indicadores orçamentais. A nota para mim e acho que para nós todos, mais importante quando olhamos para estes indicadores orçamentais, uma das notas mais importantes tem a ver com a despesa corrente. O aumento ou a diminuição da despesa corrente diz muito do que é a atividade e a forma como está a ser perspectivada essa atividade. Nós temos uma diminuição da despesa corrente em termos relativos. E o que é que isto significa em termos políticos, quando nós tivemos um aumento da despesa? Significa que há uma maior execução orçamental e significa que essa maior execução orçamental, no lado da despesa, se deu do lado da despesa de investimento. Em termos relativos o aumento da despesa de investimento compensa uma diminuição em termos relativos também da despesa corrente. E isto é muito importante. Isto diz-me, Senhor Deputado Francisco Carrapatoso, que aqui veio dizer que havia um aumento de 8% de despesa, ninguém diz que não. Mas repare, Senhor Deputado, politicamente, politicamente, o que interessa é que há um aumento bastante grande na despesa e que esse aumento não se deu do



lado da despesa corrente, deu-se do lado da despesa de investimento. E é isto que fica. E é isto que fica. Uma quarta nota que tem a ver com as regras orçamentais de equilíbrio. Temos uma diminuição de 59,2% da dívida bancária de médio e longo prazo. Temos a menor dívida bancária de sempre na Câmara Municipal do Porto que está em 12 milhões mais 21 de fornecedores, quando, há não muitos anos, tínhamos 100 milhões. A esquerda tem um discurso que eu respeito, mas que é deles, que é deles: 'isso significa que andam a fazer pouco, significa que têm aqui muito dinheiro que podiam gastar, não sabem é gastar dinheiro, não têm ideias' nós sabemos esta lengalenga, ouço-a há muitos anos. Isto não quer dizer nada disso. Isto quer dizer que há um financiamento do investimento com capitais próprios, outra coisa completamente diferente. Não é preciso gastar dinheiro dos outros para se fazer alguma coisa. Pode-se gastar dinheiro próprio. E estes 59 milhões de despesa de investimento são feitos com capitais próprios, não é preciso ir à banca financiar. Este é o primeiro dado a reter. O segundo dado a reter tem a ver com aquilo que o Senhor Presidente, penso que referiu e muito bem, isto significa, se hoje só devemos 12 milhões à banca, temos aquilo que se diz na gíria, uma facilidade de crédito disponível para podermos assegurar ao Porto aquilo que o Porto nunca viu assegurado antes. Quer dizer: tenho aqui um projeto que custa 50 milhões de euros e garanto que vai acabar, que não vou ficar à espera de um quadro comunitário de apoio, de uma ajuda do Estado, de um ano especial, de um dinheiro que há-de vir; eu sei exatamente, esta Câmara não terá, não tem e não vai precisar de ter nenhuma desculpa para não terminar o Bolhão, para não terminar o Matadouro se for viabilizado, para não terminar o Palácio de Cristal... são tudo projetos que com estas facilidades de investimento que temos, aconteça o que acontecer. Se amanhã os juros da dívida aumentarem e o Senhor Centeno não tiver razão para continuar com o sorriso com que anda – Deus queira quer continue, nós esperamos é que continue, porque significa que nós todos, andamos melhor – se isso acontecer, nós temos a possibilidade de dizer que o que prometemos vamos cumprir. Uma quinta nota e nessa evolução da dívida, deixem-me dizer, os números falam sozinhos, falam por si. Estamos a falar de 87 milhões em 2014, 80 em 2015, 33 em 2016, 31 em 2017, 12 em 2018. A outra nota que tinha para deixar é uma congratulação aos serviços da Câmara por terem, ao fim deste



tempo, conseguido acabar, ou pelo menos dar um grande adiantamento a essa tarefa que começaram há alguns anos atrás, relativamente à integração dos imóveis no inventário. Permitiu que os Senhores Revisores Oficiais de Contas que ali estão, que da reserva que todos os anos faziam – e está certo que ainda não temos as cadernetas prediais todas, mas já temos um trabalho que foi tão bem feito pelos serviços que conseguiu ser tão credível que os Senhores Revisores Oficiais de Contas mesmo sem as cadernetas prediais – puderam dizer 'nós podemos acreditar que este trabalho de inventariação corresponde àquilo que a Câmara tem'. E isto importou num aumento do património em 11% e em qualquer coisa como 100 milhões de euros ou perto de 100 milhões de euros. Isto é notável e é um serviço dos serviços da Câmara que aqui merecem ser realçados. E estas eram as 5 notas que, resumidamente, este orçamento, depois de tudo o que já foi dito, nos traria. Não posso deixar em qualquer caso de passar algumas pinceladas rápidas nalguns comentários que aqui foram feitos. O aumento exponencial da despesa corrente de que nos falou o Deputado Francisco Carrapatoso: já comentamos e depois disse-nos também que os portugueses pagam mais impostos do que é necessário para o equilíbrio das contas. Falou do IMI, mas ele é o mais baixo do país para os portugueses, já que falou dos portugueses. Falou do IMT, mas o aumento da carga fiscal do IMT tem a ver com o aumento da atividade, o aumento das transmissões, a taxa é fixada, não é por nós, é pelo Estado. Falou da devolução do IRS que, como sabe, é um tema da carga fiscal que a mim, pessoalmente, me é muito caro, mas reconheço que este expediente não tem a virtualidade que o PSD julga que alcança porque, na maioria dos casos, ele aproveita a quem mais tem e não a quem menos tem. Depois, a pérola do seu discurso, deixe-me que lhe diga, foi falar da taxa turística, se há coisa que os portugueses não pagam é taxa turística, porque dormem em casa. Uma última nota para as suas informações: não é verdade, não é verdade, que o Porto continue a perder população, os dados dos eleitores não são os dados relevantes para este efeito, os dados vão ao INE, e o INE, eu passo a dizer: 2016 - 214,349, e não é o número da lotaria; 2017 - 214, 587, é um número... É o primeiro ano desde 1980 que se inverte a tendência. Não é que significativamente. Não ganhamos 10 mil habitantes como gostávamos de ter ganho, mas invertemos a tendência. Depois, no que o Bloco de Esquerda nos trouxe aqui, que o



IMT é o triplo do que aquilo que estava orçamentado. Isso tem a ver com a dinâmica da atividade e que devia canalizar para habitação. Senhor Deputado, o nosso orçamento é o maior de sempre. Nós já somos o maior senhorio, em termos relativos, do país. Há muita coisa que nos podem apontar. Essa não é de certeza. Depois que houve o reembolso dos empréstimos em vez de se gastar nas pessoas: já aqui disse, o reembolso dos empréstimos permitiu fazer com que os projetos em curso não dependam da conjuntura e baixa, naturalmente, os custos financeiros. Portugal, bem ou mal – mas o Ministério das Finanças congratula-se muito disso – também fez reembolso antecipado para baixar aos juros que paga, e toda a gente, incluindo o Bloco de Esquerda, bateu palmas, bateu palmas. Depois que a Câmara Municipal de Lisboa tem 800 casas na forja. Estão quase a sair. Também não disse. Senhor Deputado, o que vale é que está tudo gravado. E que vão ser distribuídas já em 2020. Para a Câmara do Porto aquilo que está em perspetiva não serve, mas para Lisboa já serve. Os critérios têm que ser iguais quando nós queremos ser sérios, porque o Senhor Deputado há de me dizer quantas casas é que Lisboa distribuiu o ano passado. Não, o Senhor Deputado veio aqui falar das casas que hão de vir, mas, quando nós dizemos as casas que hão de vir, isso não serve, o que é preciso é que nós digamos quantas casas já distribuímos. Temos que ser sérios nestas coisas. Depois gostaria de, só também em breves traços, falar do que nos disse o Partido Socialista. Tentou encontrar aspetos negativos, esforçou-se bastante, mas só arranjou duas ou três coisas que, ainda por cima, não são como foram pintadas. O investimento orçamentado de 100 milhões ficou executado em 80. Que a execução foi apenas de 60%, que, pasme-se, uma coisa – crime de lesa-majestade, Senhor Presidente da Câmara – nunca vista nas outras 305 Câmaras do país. Que houve um orçamento de 280 milhões e aqui d'el rei que só se executaram 270. Isto é, deixe-me que lhe diga daqui do púlpito, imperdoável. Isto não se faz a ninguém. Foi disto que o Partido Socialista nos trouxe. Como disse o Senhor Presidente da Câmara, quando aqui estava, achava que 70% de execução era muito bom e não foi capaz e não será capaz o Partido Socialista de nos dizer aqui uma Câmara que tenha os tais 90, 95 ou 110% que pretende que a Câmara tivesse executado. Depois trouxe-nos também que o investimento é insuficiente. Repito, o que já disse ao seu colega do Bloco de Esquerda: é o maior de sempre.



Os Senhores já estiveram aqui e este é o maior de sempre. Excessiva carga fiscal: não sei se era para mim se era para falar com o Sr. Dr. Centeno que era mais fácil mais em linha direta, porque aqui, no Porto, o aumento de carga fiscal de 25% é, na sua maioria, emergente do IMT, da receita do IMT que resulta do aumento da atividade económica. Portanto é o aumento da atividade económica. Não foi a Câmara que lançou tributos sobre os contribuintes. Não é a Câmara que tem a possibilidade de mexer taxas do IMT. Podíamos reduzir ao IMI. Repto que nos foi lançado. Senhor Deputado, já lhe disseram e penso que foi audível e perceptível: nós reduzimos o IMI para valores que não foram reduzidos em mais nenhuma Câmara do país para os portuenses. Ou acha que essa redução do IMI deve ser para mim, para si ou para o Hotel Intercontinental lá em baixo? Fica a pergunta. Haverá de me responder com sinceridade. Ausência de resposta à carência da habitação: já aqui foi referido as iniciativas em curso e plenamente em curso do Monte Pedral, do Monte da Bela. O do Monte Pedral numa negociação relâmpago – tenho que dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela forma como impôs o tema, pôs na agenda e resultou rapidamente numa coisa que se arrastava há anos e anos e anos e anos. Mas deixe-me que lhe diga para finalizar esta minha intervenção: apontou-nos, à Câmara do Porto, todos esses vícios capitais. Deixe-me que lhe diga que a Câmara Municipal de Lisboa, que tão grata lhe é, diminuiu o investimento em 22 milhões de 2017 para 2018. O investimento social, como já disse o Senhor Presidente da Câmara, foi de 12,4 milhões de euros que é metade do Porto, numa cidade que é bem mais do dobro que o Porto. E o orçamento era mais do dobro do que foi orçamentado. Deixe-me que lhe diga só para terminar: quando me diz que 70% de taxa de taxa de execução orçamental é uma vergonha, que 72 foi a que Lisboa teve em 2015, 67 em 2016 e 65 em 2017, sempre abaixo. Agora sempre abaixo dos tais 70 míticos, em queda livre e, de si, não ouvi nem uma palavra. Os ingleses dizem: *if you have nothing to say please say nothing at all.*

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente da Câmara, relativamente à redução do IMI e quando referiu que a redução do IMI iria para um outro lado, iria lá para baixo, penso que estou a citá-lo corretamente, devo-lhe dizer que o Senhor Presidente da Câmara



certamente que sabe que o adicional do IMI, aquilo a que chamou taxa ou imposto Mortágua, já não me recordo exatamente a expressão correta, foi para ser aplicado sobre casas de valor elevado ou muito elevado e para diversificar as fontes de financiamento da Segurança Social. Da Segurança Social, Senhor Presidente, que é de todos, da Segurança Social que é pública e universal e as forças de esquerda aqui representados e na Assembleia da República que a defendem, ao contrário do partido que suporta também Vossa Excelência, que defendeu, em tempos, o plafonamento da Segurança Social e o desconto para fundos privados e para Bancos e Seguradoras. Nós não sabemos, nós não sabemos qual é a opinião de Vossa Excelência sobre esta matéria, também não a teremos que saber, mas é bom lembrarmos bem qual é o posicionamento ideológico de cada uma das forças aqui representadas. E quanto a baixa de impostos, Senhor Presidente da Câmara, e para lhe falar de vários exemplos que esta maioria de esquerda conseguiu sedimentar nesta legislatura, podemos falar, por exemplo, da eliminação da sobretaxa de IRS, dos novos escalões do IRS que permitem, por exemplo este ano, uma devolução em mais de 2 milhões de euros às famílias portuguesas daquilo que tinham sido os adiamentos feitos em sede de IRS e que agora estão a ser repostos após a declaração ou diminuição do IVA sobre a restauração. Portanto, há aqui opções claras do Estado, da maioria de esquerda que governa este país, que devolve rendimento e que tem feito, no fundo, pelo melhoramento das condições de vida dos portugueses. Quanto à questão da habitação devo, desde logo dizer, como vossa Excelência também sabe, que o Ministro que tutela esta pasta veio falar recentemente de uma falha de mercado, mas mais do que isso também de uma falha do Estado nesta matéria. E esta é daquelas questões, já aqui hoje se falou de abril, esta é claramente uma das questões em que abril está ainda por cumprir: a questão da habitação. Mas, Senhor Presidente da Câmara, não se fala só da habitação nas questões da construção. É também construção, mas não é só isso. Por exemplo e hoje aqui começámos esta Assembleia Municipal por esta temática, o controlo do alojamento local. Que, devo dizer e a si Senhor Deputado Artur Ribeiro, que veio aqui apresentar e veio aqui defender, legitimamente, aliás, a força política que aqui represento também, votou favoravelmente a sua moção, veio aqui falar sobre as questões do alojamento local e da forma como isso acontece sobremaneira



o mercado da Habitação e depois acha que, afinal, a responsabilidade é só do Estado quanto à habitação. Não é. É uma responsabilidade partilhada por todas as estruturas de poder do Estado, seja do Estado Central às Autarquias Locais. E sobre esta matéria, Senhor Presidente da Câmara, dizer-lhe ainda que quem defende a intervenção do Estado nesta matéria são mesmo as forças de esquerda e quando o Senhor Presidente me acusou a mim de demagogia, para lhe dizer que este combate que as forças de esquerda aqui nesta Assembleia Municipal ou, por exemplo, na Assembleia da República estão a travar, travam contra forças de direita, da política de direita que apoiam aqui o Senhor Presidente da Câmara que não só são contra a intervenção do Estado nesta matéria, como, aliás, aprovaram em tempos, por exemplo, a lei dos vistos Gold ou a lei de arrendamento de Assunção Cristas que contribui de sobremaneira também para o problema da habitação que hoje aqui falamos. Senhores Deputados é importante que ouçam também qual é que é o passado político e o lastro político das vossas forças partidárias que muitas vezes nos gostam aqui de imputar, para perceberem que há um contexto político de maior alcance. E, portanto, Senhor Presidente, deixe que lhe diga que discordo totalmente de si: nós não nos podemos desresponsabilizar nas matérias em que, Vossa Excelência enquanto líder do Executivo Municipal, é também responsável. Dizer ainda que, quanto à nova Lei de Bases da Habitação que foi apresentada pelo Partido Socialista – e sim, também pela mão, por assim dizer, da Senhora Arquiteta Helena Roseta e já agora que entre nós, um dos Deputados desta casa é também um dos subscritores desta nova Lei de Bases, que é o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro – eu sobre isto sei que o PS votará a favor e sei que certamente as forças de esquerda encontrarão soluções para podermos adaptar a lei a uma conformação maior, já quanto ao CDS que votou contra a Constituição da República Portuguesa em 1974, na Constituição onde se fala do direito à habitação, veremos qual é o voto do CDS que apoia vossa Excelência aqui nesta Assembleia Municipal. Já agora ainda, Senhor Presidente, quando o Senhor Presidente da Câmara nos diz que o Estado Central e a crítica ao Estado Central: o Senhor Presidente sabe e até já disse aqui várias vezes e faço reconhecimento público desse ato que o PS Porto critica sempre o Estado Central quando acha que deve criticar, quando de acordo com a nossa avaliação, essa crítica deve existir. Mas, também devemos



dizer que sobre a matéria de devolução de rendimentos que ajuda numa política maior de inserção social das pessoas no espaço urbano, que foi este Governo do Partido Socialista, apoiado pela maioria de esquerda que aprovou, por exemplo, uma diminuição muito significativa do passe social que hoje contribui de sobremaneira para uma boa política de mobilidade nas áreas metropolitanas. E ainda, Senhor Deputado André Noronha, para lhe dizer, sabe quem é que não quis o fim da isenção de IMT para os fundos imobiliários? Foi o seu partido. Foi o seu partido que não quis a isenção do IMT para os fundos imobiliários. E, por fim, dizer ainda Senhor Presidente que o Senhor Deputado Francisco Carrapatoso veio aqui falar de uma Câmara falida que recebeu, enfim, de um Executivo PS. Eu vou-lhe dizer também o que é que encontrou: encontrou uma Câmara que acabou com barracas nesta cidade, que construiu vários e novos bairros sociais, que lançou a Porto 2001, que lançou a Metro do Porto, que alargou o saneamento básico a toda a cidade, que criou os grandes parques públicos desta cidade e já agora, e já agora, uma Câmara que permitiu a Vossas Exas. alienarem 84 milhões de euros de imóveis municipais".

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu: "Vai longa a noite e fiquei tentado a não lhe responder, mas, por uma questão de consideração, devo-lhe dizer o seguinte: verifica-se que o Senhor Deputado agora no cair do pano está em tirocinio para o Parlamento, espero, sinceramente, desejo-lhe sorte. Porque o discurso que aqui teve, depois da sua passagem conturbada por Lisboa, mas agora com a sua presença aqui mais assídua e sabendo que está a fazer tirocinio para o Parlamento, eu apreciei o seu discurso. Queria-lhe dizer ainda assim o seguinte: estou absolutamente de acordo consigo sobre a necessidade de reforçar, tanto quanto possível, um problema que temos a prazo que é a Segurança Social. Agora, quando a gente quer fazer isto faz isso com o nosso dinheirinho não faz isso com os impostos municipais que têm outras prioridades. Esse é o problema. Ou seja: então não baixavam o IRS, em vez de estarem a propor a nós IRS... Ou diziam assim: 'as Câmaras têm todas, não podem fazer reduções no IRS.' Sabe uma coisa: é a proposta de Sintra, é a proposta do Presidente Medina. Que as Câmaras não possam mexer no IRS. Eu acho bem. Agora criarem um imposto que chamam um adicional, ou



seja o que for, que chamem que é imposto municipal, seja sobre as casas de luxo ou de não luxo, para mim dá-me indiferente, desculpe lá, esse dinheiro é dos Municípios. Portanto, o objetivo de reforço da Segurança Social façam-no lá. Tenham a coragem de dizer, nós vamos buscar isto aos impostos que são do Estado Central. Não façam sobre cargas e só fizeram isto para ceder ao Bloco de Esquerda. Por isso é que eu lhe chamei Mortágua e sei que a Mariana Mortágua ficou um bocado incomodada, não é nada contra ela. Do ponto de vista ideológico, acho que ela fez bem, não tenho problema nenhum. Agora que foi ela que inventou a lei, não foram os Senhores, os Senhores tiveram que a comer, por causa da maioria de esquerda. A maioria de esquerda tem destas coisas. Nós também de vez em quando também temos de fazer aqui alguns consensos. Pronto, é normal. E, portanto, quanto ao resto, quanto à Lei Cristas, na qual eu vejo defeitos como deve saber, e a lei dos vistos Gold, de que eu não gosto nada, os Senhores estão lá há 4 anos, há 4 anos, com maioria de esquerda: alterem a Lei dos Vistos Gold. Nós aqui, nunca me viu andar aqui a promover os vistos Gold. Eu acho os vistos Gold, aliás, devo-lhe dizer uma coisa, se conhece as minhas posições sobre a Europa, sabe que eu entendo que os Estados europeus não devem fazer *dumping* fiscal entre si. Acho que já me ouviu dizer isto várias vezes e acho que este é um dos grandes problemas que nós temos e era um dos grandes problemas que devia estar a ser discutido, não é na campanha em que o Senhor participará como candidato, mas nesta agora em que participa o Dr. Pizarro. Digam assim: 'os Estados europeus devem ser solidários não podem fazer *dumping* fiscal'. Portanto, calculará que eu sou completamente contra os vistos Gold. A luxemburguização da Europa está a dar no que está a dar. É também por isso que eu acho que nós andarmos aqui a baixar IRS para arranjar aqui habitantes falsos que de facto vivem noutro sítio, mas vão declarar que vivem aqui para pagar menos IRS, não me parece grande ideia. Já os transportes sim, essa sim é uma política redistributiva. Deve-se ao Governo, é verdade, nesse apoio acho que colaboramos nisso todos os Municípios, eu colaborei com muito gosto. Essa é, de facto, uma política redistributiva porque aí sabemos que aquilo que é o esforço que é feito vai diretamente para aqueles que provavelmente mais necessitam, muitas vezes mal olhados, para os que têm famílias mais numerosas, para os que trabalham, isso sim, é uma política em que eu tiro o chapéu ao



Governo por ter tomado essa medida. Eu colaborei, na medida do possível, como acho que sabe”.

O Senhor Presidente da União de Freguesias do Centro Histórico, António Fonseca, referiu: “Como falaram aqui de três temas e ainda por cima o orador foi ali o Pedro Carvalho...de um dos temas até já me tinha esquecido mas ainda bem que me lembrou. Falou da questão das verbas do descongelamento de carreiras, do salário mínimo, em que eu vim fazer aqui um pedido à esquerda para começar também a trabalhar essa solução na Assembleia da República para o próximo ano. O 3 F'S manda para a Junta de Freguesia, cerca de 600 mil euros por ano, de há 3 anos a esta parte. Ora bem: salários, 1 milhão e 100 mil euros; o Senhor Ministro faz um brilharrete, descongelamento de carreiras, achamos muito bem, aumentou o salário mínimo, mas com o dinheiro dos outros. Não manda o «guito» para a Junta. Portanto, não me venha com esse discurso, estamos a falar de coisas diferentes. O Senhor Presidente da Câmara não foi dizer o que o Senhor Ministro disse 'aumentem os salários, há o descongelamento de carreiras'. Muito bem, ninguém está contra isso. Temos aqui um Deputado da Assembleia da República, temos aqui as esquerdas todas. E como falou também da Segurança Social tenho de dizer o seguinte: o PS quando estava na oposição fez uma proposta na Assembleia da República, para alterar uma lei que penalizou esta Junta de Freguesia. Foram para o Governo e não alterou nada. Portanto, eu tenho consideração por si, até é uma pessoa simpática, mas não havia necessidade”.

Deliberação: Aprovada, com 22 votos a favor (21 RM + 1 PAN), 18 abstenções (12 PS + 6 PSD) e 6 contra (3 BE + 3 CDU).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, submeteu à votação a Minuta da Ata, que foi aprovada, por unanimidade.

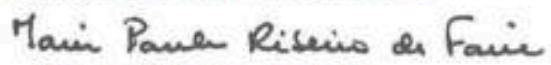


Pelas 00h50, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, encerrou os trabalhos e renovou a convocatória de continuação da Sessão Ordinária para dia 6 de maio de 2019 seguida de uma Sessão Extraordinária.

O Presidente da Mesa

Miguel Pereira Leite

A Primeira Secretária da Mesa


Paula Ribeiro de Faria